

REVISTA DE SEGUROS

• A ARGENTINA ESTREIA SÉRIE DE REPORTAGENS DOS PAÍSES MEMBROS DA FIDES, QUE PROMOVERÁ PRÓXIMO ENCONTRO NO RIO

• FROTA DE DRONES MAIS QUE DOBRA NO PAÍS E DEVE ENTRAR NO RADAR DO MERCADO SEGURADOR

• NESTA EDIÇÃO, UM SUPLEMENTO ESPECIAL DESTACA LIÇÕES E LEGADOS DA CONSEGURO 2019



Sua realização profissional está na ENS!

Há quase 50 anos
difundindo conhecimento
em todos os níveis de ensino.

- MBA
- Pós-Graduação
- Treinamentos no Exterior
- Graduação
- Cursos Técnicos
e Profissionalizantes

Há quase 50 anos difundindo conhecimento e capacitando profissionais de excelência para o mercado de seguros e áreas correlatas, a ENS planeja e concebe seus programas educacionais dentro da filosofia da educação continuada.

Oferecidos nas modalidades presencial, semipresencial e online, nossos cursos contam com um corpo docente de altíssimo nível, composto por especialistas, mestres e doutores com larga experiência acadêmica e vivência de mercado.

Além disso, a ENS conta com uma robusta plataforma online, capaz de absorver milhares de alunos, equipada com as mais modernas metodologias de e-learning, disponibilizando ferramentas intuitivas, material didático digitalizado, vídeo aulas, tutorias, webinars e muitos outros recursos de ponta.

Com sede no Rio de Janeiro (RJ) e filial em São Paulo (SP), a ENS também atua no restante do território nacional valendo-se de parcerias com outras instituições e entidades renomadas.

ENS, construindo histórias de sucesso, com você e para você!

descubra: **ens.edu.br**



A sua ESCOLA DE
NEGÓCIOS E SEGUROS



Confira nosso vídeo institucional:
ens.vc/NovaMarca

06

ENTREVISTA

O secretário Marcos Troyjo fala sobre a inserção do Brasil no comércio mundial, o acordo Mercosul - União Europeia e as relações econômico-comerciais do País com Estados Unidos e China.

18

RISCO DE INCÊNDIO

Séries estatísticas de incêndios no País, produzidas desde 2012, mostram que as chamas destroem principalmente os estabelecimentos comerciais. Em 2018, foram registradas 531 ocorrências.



30

MEDIAÇÃO TRIBUTÁRIA

MP do Contribuinte Legal, editada em outubro pelo Governo para negociar dívidas com a União de mais de R\$ 1,4 trilhão, deve beneficiar 1,9 milhão de devedores da dívida ativa.



12

ABERTURA COMERCIAL

Governo brasileiro busca novos mercados, negociação de acordos internacionais e pretende usar o comércio exterior como alavanca para melhorar o desempenho da economia brasileira.

22

PROTEÇÃO DE DADOS

CNseg elabora o Guia de Boas Práticas do Mercado Segurador, setor que trabalha com base na análise de dados, para ajudar seus parceiros a superar os desafios impostos pela Lei 13.709/2018.

34

LUZ, CÂMERA E SEGURO

Cultura do seguro no meio cinematográfico ganha impulso com a chegada de grandes produtoras internacionais ao País para atuar em parceria com as empresas brasileiras.



16

ESPECIAL FIDES/ARGENTINA

Presidente da AACCS, Roberto Sollitto, diz que o mercado segurador argentino vê com preocupação o reperfilamento da dívida pública do país, que afeta diretamente o setor.

26

DRONES

Aumento substancial da frota de drones no País, cujo número mais que dobrou desde 2017, coloca aviões expostos a riscos de choques, ameaçando vidas e patrimônios.

34

FUGA DE TALENTOS

Na esteira da crise econômica, brasileiro tenta a sorte no exterior. Até julho, 21.873 pessoas declararam saída definitiva do País, segundo a Receita Federal.

ERRATA: Ao contrário do publicado na edição 910, na matéria intitulada “Baixa produtividade escolar amarra o Brasil na renda média”, o Instituto Ação Pela Paz não atua em Mato Grosso. Está presente em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Minas Gerais.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e
Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Mário José Gonzaga Petrelli
e Vinicius José de Almeida Albernaz

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Carlos André Guerra
Barreiros, Edson Luís Franco, Eduard Folch Rue, Francisco
Alves de Souza, Gabriela Susana Ortiz de Rozas, João
Francisco Silveira Borges da Costa, José Adalberto Ferrara,
Leonardo Deeke Boguszewski, Luiz Fernando Butori Reis
Santos, Miguel Gómez Bermúdez, Nilton Molina, Pedro
Cláudio de Medeiros B. Bulcão e Pedro Pereira de Freitas

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do mercado segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho,
Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz
Palheiro Mendes e Vera Soares

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Cláudia Mara Alcon dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

André Felipe de Lima, Bianca Rocha, Bruno Levy, Carmen
Nery, Chico Santos, Francisco Luiz Noel, Irany Tereza,
Letícia Nunes, Mário Moreira e Vagner Ricardo

FOTOGRAFIA

Bianca Gens (Divulgação FGV), Fábio Rodrigues e José
Cruz (Ag. Brasil), Mário Miranda, arquivo CNseg, banco de
imagens Google e divulgação de empresas

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação
e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: revistadeseguros@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

GRÁFICA

Walprint

DISTRIBUIÇÃO

Serviços Gerais/CNseg

PERIODICIDADE

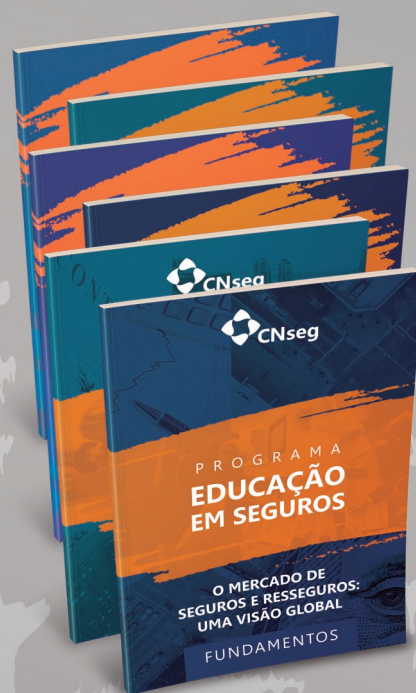
Trimestral

CIRCULAÇÃO

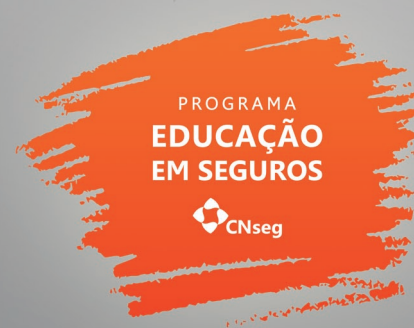
Impresso: 1.500 exemplares
Digital: 4.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**Conheça os livretos
do Programa de
Educação em
Seguros publicados
pela Confederação
Nacional das
Seguradoras**



**UTILIZE O QR-CODE
PARA VISITAR O
SITE, LER E BAIXAR
OS EXEMPLARES**





HÁ NOVAS PROPOSTAS PARA RECOLOCAR O PAÍS NO MAPA DO COMÉRCIO MUNDIAL

O protagonismo no comércio exterior é uma condição importante para a prosperidade das nações. Muitos países, porém, criam barreiras protecionistas e, conseqüentemente na maioria das vezes, apresentam baixo crescimento, pela falta de atributos competitivos. Disposto a contribuir para retirar o Brasil da lista das economias mais fechadas do mundo e a corrigir erros históricos, o economista Marcos Troyjo, secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, anuncia medidas estruturais nesse campo, em entrevista exclusiva à Revista de Seguros. Se der certo, o comércio exterior do País passará a representar 30% do PIB brasileiro em dezembro de 2022, parâmetro fundamental para o crescimento sustentável da economia brasileira, e alavanca notável para o desenvolvimento do setor segurador brasileiro.

Na conversa, ele fala do futuro do Mercosul, intercâmbio com os EUA, com a China e de outras ações para a maior inserção internacional do País. Especialistas avaliam as propostas do governo em outra reportagem associada ao tema.

Nesta edição da Revista de Seguros, o leitor vai encontrar uma matéria sobre a emigração de brasileiros para outros países. Nos últimos oito anos, esse número quase quadruplicou. Segundo a Receita Federal, com base na declaração de saída definitiva — um documento entregue pelo contribuinte ao emigrar —, em 2011 foram 8.170 declarantes. No ano passado, esse número chegou a 22.538 e, até julho deste ano, já alcançava 21.873 declarações. Possivelmente, 2019 vai bater novo recorde da série histórica.

Fora a evasão de mão de obra mais qualificada, há matéria informando que o Brasil pode perder a corrida para baixar o número de acidentes de trânsito em 50% até 2020, como definido na Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 2011. Nesta edição, também são abordados os benefícios da chamada Medida Provisória do Contribuinte Legal, que deve favorecer 1,9 milhão de devedores inscritos na dívida ativa e com débitos acima de R\$ 1,4 trilhão com a União.

Entre as reportagens setoriais, atenção deve ser dada ao suplemento especial que repercute os momentos mais relevantes da CONSEGURO

2019 — o maior evento do setor segurador brasileiro —; a contagem regressiva de vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de grande repercussão para todas as atividades securitárias, e a decisão da CNseg de publicar um guia inédito para ajudar o mercado a cumprir as exigências dessa nova legislação.

O papel estratégico do seguro no cinema é tema de outra abordagem. Sem ele, as filmagens do “Tropa de Elite 1”, que teve uma van com nada menos que 90 armas roubadas, poderiam ser adiadas *sine die*.

E os drones? A frota mais que dobrou desde 2017. De norte a sul do Brasil, mais de 77 mil dessas pequenas aeronaves estão registradas na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac): 28 mil de uso profissional e 49 mil de utilização recreativa, no aeromodelismo. Nos últimos 12 meses, cerca de dois mil novos aparelhos foram cadastrados mensalmente. Em outubro deste ano, 59 mil pessoas físicas e 4,2 mil empresas tinham drones oficializados perante a Anac. Mercado promissor para o seguro, não?

Boa leitura!

“TAIVEZ O FUTURO DA NOSSA REGIÃO SEJA UM MERCOSUL FLEX”

O economista e cientista político Marcos Troyjo é a face atual do Brasil no comércio internacional. Ele ocupa um dos cargos que, na prática, funcionam como de vice-ministro de Paulo Guedes, o poderoso comandante da Economia do governo Bolsonaro. Como secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Troyjo traçou a estratégia que, garante, irá ampliar a participação do País no mapa do comércio mundial e está convencido de que as mudanças permitiram a conclusão, em junho, do acordo Mercosul-União Europeia, negociado nos últimos 20 anos. “As principais forças de oposição para negociar o acordo estavam dentro do próprio Mercosul e não na União Europeia”, alega.

Com a recente eleição do peronista Alberto Fernández para a presidência da Argentina, ele antevê um período de mudanças no bloco sul-americano e chega a sugerir um “Mercosul Flex”. “Se os nossos sócios do Mercosul quiserem continuar com economias fechadas, autárquicas, com baixa exposição à competição, o Brasil vai questionar a própria existência da união aduaneira.”

Já em relação à China, o secretário destaca a importância recíproca das operações comerciais. Embora ressalte que não haverá uma escolha de lado na guerra comercial travada entre Estados Unidos e China, ele frisa que a prioridade “é correr atrás do tempo perdido com a maior econo-

mia do mundo”, a norte-americana. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como o governo pretende ampliar a inserção do Brasil no comércio exterior?

Os países bem-sucedidos nos últimos 70 anos tiveram três características indissociáveis: combinaram fortalecimento institucional, planejamento e execução de estratégia; tiveram o comércio ex-

terior como uma das principais molas propulsoras do crescimento e não trataram política econômica e política comercial como dois universos em separado. Podemos relacionar numa coluna países como Japão, Alemanha, Coreia do Sul, Chile, Espanha, Singapura e China, que privilegiaram o comércio exterior, e em outra, aqueles que ficaram muito atrelados ao fechamento de suas economias, com altas barreiras protecionistas, como é o caso da Turquia, Argentina, Rússia e Brasil.

O Brasil continua entre os atrasados?

Com base nessas três características, vê-se que o Brasil ficou muito para trás. Não criou grandes instituições de inserção comercial; tratou o comércio sempre como parte de uma política de desenvolvimento mais ampla, que ficou muito arcaica, que é a de substituição de importações. A Câmara de Comércio Exterior, até este governo, foi muito mais uma espécie de câmara de arbitragem para resolver medidas de proteção por tarifas e cotas do que uma ferramenta de inserção internacional. Ora, se você não privilegia o mercado externo, também não constrói estratégias. É muito difícil encontrar um momento em que o País tenha tido mais do que 25% de seu PIB resultante da soma de exportações e importações. Países de sucesso, como a Coreia do Sul, por exemplo, têm praticamente 70% do PIB relacionado ao comércio exterior.

“Se os nossos sócios do Mercosul quiserem continuar com economias fechadas, autárquicas, com baixa exposição à competição, o Brasil vai questionar a própria existência da união aduaneira.”



Onde está, em sua opinião, o erro de estratégia das gestões anteriores?

No primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma configuração com Pedro Malan, no Ministério da Fazenda; José Serra, no Planejamento; Hércio Alves, na Indústria e Comércio. No governo Lula, havia Antônio Palocci, na Fazenda; Guido Mantega, em outra direção completamente diferente, no Planejamento; Luiz Furlan, na Indústria e Comércio; Celso Amorim, nas Relações Exteriores. Ou seja, uma polifonia, uma dispersão de esforços e uma falta de consenso que sempre marcaram a atuação do Brasil nessa área. Uma espécie de divórcio completo entre objetivos comerciais e política econômica.

E qual o avanço deste governo no comércio exterior?

Modernizamos a Camex, criamos o Conselho de Estratégia Comercial, que será presidido pelo próprio presidente da República. Acabou aquela história de que o Brasil vai voar sem ter um plano

de voo. Para os grandes temas comerciais, o País vai conseguir traduzir seu interesse nacional. Do ponto de vista da aproximação de política econômica e comercial, com a criação do Ministério da Economia, as divisórias entre Indústria e Comércio e Fazenda acabaram. A política comercial foi para o coração da política econômica, o que permitiu grandes vitórias, como o acordo Mercosul-União Europeia. O acordo fechado este ano foi iniciado em gestões passadas. As negociações Mercosul-União Europeia começaram nos anos 90, mas avançaram muito pouco, praticamente nada. No acordo que concluímos em 28 de junho, não havia um único capítulo fechado. Serviços, compras governamentais, propriedade intelectual, setor agrícola, respeito à denominação de origem controlada, manufatura, em nenhum deles havia qualquer tipo de fechamento. Uma das negociadoras da União Europeia nos disse que havíamos feito mais avanço nos últimos seis meses do que nos 20 anos anteriores.

“A Câmara de Comércio Exterior, até este Governo, foi mais uma espécie de câmara de arbitragem para resolver medidas de proteção por tarifas do que uma ferramenta de inserção internacional.”

“Ficamos muito afastados dos Estados Unidos e temos que correr atrás do tempo perdido. As relações econômico-comerciais do Brasil com Washington estão muito aquém do seu potencial.”

Na sua opinião o mérito é desta gestão?

Claro! Jamais teria acontecido com a maneira pela qual se vinha negociando anteriormente. Mesmo porque as principais forças de oposição para negociar o acordo estavam dentro do próprio Mercosul e não na União Europeia.

O Brasil vai privilegiar negociações bilaterais ou em bloco?

Depende muito da configuração do nosso interlocutor. Um exemplo: os Estados Unidos fazem parte de uma associação econômica que se chamava Nafta e mais recentemente passou a se chamar, na sigla em inglês, USMCA, ou seja, Estados Unidos, México e Canadá. É uma área de livre comércio, mas não é uma união aduaneira. Os três países, apesar de desfrutarem de uma área de livre comércio entre si, não têm a mesma política de tarifas para o resto do mundo. Nesse caso, o Brasil tem que negociar com cada um em separado. Já existe uma negociação em curso com o Canadá e com o México e esperamos, em breve, começar com os Estados Unidos. Como o Brasil faz parte de uma união aduaneira, junto com Argentina, Uruguai e Paraguai, numa negociação que envolva tarifas e cotas, teremos, forçosamente, que negociar com o chapéu Mercosul. Mais recentemente, muita gente tem questiona-

do se isso vai continuar, por conta do resultado (eleitoral) na Argentina. A depender da evolução das próximas semanas, vamos seguir um ou outro caminho.

E qual é a tendência?

Continuar abrindo e integrando a economia brasileira com a mundial. Fazendo isso de uma maneira que, entendemos, não deva passar pelos mesmos atrasos de anos recentes. O

Brasil ficou atrelado a um Mercosul fechado, inerte, muito pouco aberto à negociação, e isso atrasou demais a nossa região. A América do Sul acabou registrando um crescimento muito pequeno nesse período por conta da baixa interação do Brasil com a economia mundial. Vamos continuar abrindo e integrando a economia com o resto do mundo por meio de acordos comerciais, da modernização tarifária. As ações que realizamos agora são es-



truturantes, criam as bases para a construção do edifício, o nivelamento do terreno que permite ter uma construção sólida e alta. Estou trabalhando muito para que a gente chegue a um patamar de 30% de soma de importações e exportações em relação ao PIB.

Como se dará essa modernização tarifária?

No âmbito do acordo com a União Europeia, praticamente 93% de tudo que é economia do Mercosul e UE vai passar por uma redução tarifária. Se juntar União Europeia, Mercosul e a área de livre comércio europeia, dá um quarto do PIB global. Em relação a isso, já temos um cronograma de redução tarifária gradual. Para tudo o mais, as reduções se darão via acordos internacionais que o Brasil e o Mercosul venham a participar, ou por meio de uma modernização tarifária decidida no âmbito da união aduaneira. Esse é um processo que vamos trabalhar junto aos sócios do Mercosul. Se eles quiserem vir conosco. Senão, vamos sugerir alternativas.

Quais seriam essas alternativas?

Se os nossos sócios do Mercosul quiserem continuar com economias fechadas, autárquicas, com baixa exposição à competição, o Brasil vai questionar a própria existência da união aduaneira. Este governo claramente não tem disposição para cometer os erros do passado e ficar vinculado a quem não quer abrir a economia. De 2013 a 2016, o Brasil só fez acordos comerciais com Egito, Autoridade Palestina e Israel. São países de uma dimensão... Não faz sentido a gente ficar fechado. Quem quiser ficar para trás vai ficar.

Quer dizer que o Brasil pode deixar o Mercosul?

Mercosul quer dizer várias coisas: cooperação alfandegária; trânsito facilitado de pessoas e capitais; em alguns casos, a possibilidade do exercício de profissões com reconhecimento mútuo de formação; uma área, ainda que im-perfeita, de livre comércio. E Mercosul significa também união aduaneira, ou seja, ter uma tarifa externa comum. Na realidade, minha perspectiva é que se tem de preservar o que vale a pena, dando aos países a individualidade necessária

para buscarem seus objetivos, desde que haja um dissenso em algumas áreas fundamentais colocadas em tarifa externa comum.

O senhor quer dizer que a relação com o Mercosul pode mudar? Como?

Um acordo nos moldes do Nafta é uma possibilidade. Talvez o futuro da nossa região seja esse. Ou então uma espécie de Mercosul Flex, que em alguns casos se tenha a área de livre comércio, mas, em determinadas negociações, se for por interesse de diferentes países, possa se negociar conjuntamente. Vai depender muito da evolução das próximas semanas (pós-eleição na Argentina).

“O Brasil tem muito a ganhar no seu comércio com a China, recebendo também investimentos chineses. Foi isso que o presidente Bolsonaro fez questão de enfatizar na recente visita a Pequim.”

A ideia é aproximar a política comercial brasileira do modelo americano?

Ter um elevado percentual do PIB como resultado da soma de importações e exportações mostra que o País é uma potência comercial. Mas, depois, a própria evolução da economia pode fazer com que sua presença internacional continue muito elevada. Nos EUA, a corrente de comércio em relação ao PIB americano não

é uma relação muito diferente da brasileira. Lá são 27%, 28%. Mas é a economia mais transnacionalizada do mundo. Algo que a General Electric produza na Coreia do Sul e exporte para o Japão é registrado como exportação de Singapura e importação japonesa, mas, na verdade, se for uma atividade lucrativa, pagará dividendos a acionistas que estão majoritariamente nos EUA. No Brasil se conta nos dedos das mãos as empresas transnacionais.

As empresas brasileiras estão preparadas para essa mudança?

Nossa visão é que a exposição das companhias brasileiras a uma maior concorrência internacional é um bem. Mas temos que fazer isso de maneira gradual e acompanhado de outras medidas de harmonização das capacidades brasileiras de competir.

Medidas setoriais nessa área estão descartadas?

A gente não vai repetir as políticas do PT. Essa política de campeões nacionais nós não vamos adotar. Agregação de valor por meio de políticas heterodoxas que só deram em fechamento do mercado, criação de reserva de mercado ou de-sequilíbrio fiscal, distorções setoriais que a gente testemunhou nos últimos 20, 30 anos.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil. Como fica a posição do País na guerra comercial entre Estados Unidos e China?

Hoje há dezenas de países que têm na China seu principal cliente e um dos principais fornecedores de bens, não apenas o Brasil. Temos duas vias distintas. Ficamos muito afastados dos Estados Unidos e temos que correr atrás do tempo perdido. As relações econômico-comerciais brasileiras com Washington estão muito aquém do seu potencial. Agora, existe uma complementaridade entre China e Brasil. O Brasil tem muito a ganhar no seu comércio com a China, recebendo também investimentos chineses. Foi isso o que o presidente Bolsonaro fez questão de enfatizar na recente visita a Pequim. Vamos avançar com os dois parceiros. A orientação do presidente é bem clara: a gente deve fazer negociações com todas as partes do mundo, sem viés ideológico.

BRASIL TENTA GUINADA ESTRATÉGICA NO COMÉRCIO EXTERIOR

*Política de acordos bilaterais do País tem como alvo o mercado norte-americano,
sem deixar de lado seu maior parceiro comercial, a China.*

O Governo decidiu mudar a tática de jogo do Brasil no comércio internacional, abandonando a estratégia retrancada, centrada na defesa comercial e proteção de mercado, e partir para um planejamento mais agressivo, de busca por novos mercados e negociação de acordos comerciais. O objetivo é aumentar a participação do volume de exportações e importações em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), fazendo essa relação crescer para 30% até dezembro de 2022, mantendo um viés de alta, e usar o comércio exterior como uma alavanca para melhorar o desempenho da economia.

Será uma tarefa complexa, num cenário de comércio internacional altamente competitivo, que vive a quarta revolução industrial com a chamada “indústria 4.0”, termo que define o salto da automação na indústria mundial, com tecnologias inovadoras e processos digitais. A Secretaria de Comércio Exterior já definiu prioridades, entre elas, a ampliação das relações comerciais com os Estados Unidos, maior variedade da corrente



“O multilateralismo é o melhor caminho para ter protagonismo no comércio exterior e há muitas alternativas para alcançá-lo. Pode se dar, por exemplo, por acordos comerciais diversificados, que podem ser um instrumento da liberalização comercial e da rápida melhoria da produtividade.”

Lia Valls, FGV/UERJ

de comércio com a China – que há dez anos se mantém como o maior parceiro comercial do Brasil, mas que concentra suas compras em commodities agrícolas e minerais – e o fechamento de acordos bilaterais.

A Secretaria de Comércio Exterior já definiu prioridades: ampliação das relações comerciais com os EUA, maior variedade da corrente de comércio com a China e fechamento de acordos bilaterais.



Para a economista Lia Valls, o País está no caminho certo. “O Brasil está procurando fazer vários acordos com a Coreia do Sul, Singapura, associação comercial da Europa. Há uma diretriz de redução de tarifas e isso é positivo”, diz a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professora de Relações Internacionais da UERJ. Lembrando as diferenças que existem entre política externa e política comercial em si, ela fala do empenho do Governo em acelerar resultados do comércio usando a via da redução tarifária, já que os cronogramas dos acordos são habitualmente demorados.

“O Brasil busca mais abertura comercial e, por isso, conduz negociações com os sócios do Mercosul para redução tarifária. As tarifas brasileiras, especialmente para importação de bens de capital (máquinas e equipamentos industriais) e bens intermediários (insumos como o aço, por exemplo), estão entre as mais altas do mundo e isso afeta o custo de produção da indústria nacional. A Argentina queria também rediscutir tarifa, mas agora há uma indefinição”, diz, referindo-

-se à mudança na presidência da Argentina em 2020, com a saída de Maurício Macri e a entrada do peronista Alberto Fernández.



ACORDOS BILATERAIS

Por iniciativa do Brasil, os negociadores chefes do Mercosul lançaram em março um grupo de trabalho para rever a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco econômico até o fim deste ano, para baixar a taxação de produtos importados de fora da América do Sul. Está marcada para dezembro a reunião em que o grupo de trabalho vai discutir a reestruturação geral da TEC.

O País está negociando diretamente com parceiros da América do Norte. Já iniciou tratativas com o Canadá e o México e anuncia para breve as negociações diretas com os Estados Unidos. Segundo maior parceiro comercial brasileiro, atrás apenas da China, os EUA responderam este ano, de janeiro a outubro, por 13,1% das exportações e 16,8% das importações do Brasil, de acordo com dados do Ministério da Economia.

Os EUA responderam, de janeiro a outubro, por 13,1% das exportações e 16,8% das importações do Brasil, segundo o Ministério da Economia – uma corrente comercial muito abaixo do potencial.



O Brasil deveria assumir uma postura voltada ao comércio multilateral e não orientada apenas a uns poucos países com quem tenha alinhamento ideológico. É preciso ter independência nas relações comerciais.”

Guilherme Bergman, consultor

Uma corrente comercial muito abaixo do potencial, na avaliação do Governo.

Para a executiva Deborah Vieitas, que comanda a Câmara de Comércio Americana (Amcham Brasil), um acordo de livre comércio entre Brasil e Estados Unidos seria uma iniciativa econômica ambiciosa. “Esse objetivo poderia ser alcançado de maneira gradual, iniciando-se por negociação em temas não tarifários, como facilitação de comércio, serviços, compras públicas, investimentos, comércio eletrônico e barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias”, diz ela.

Vieitas defende que um acerto inicial nesses termos, sem envolver discussão tarifária, dispensaria o aval do Mercosul e serviria para preparar o terreno para um posterior acordo de livre comércio, que envolve maior grau de complexidade. Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, a Amcham elaborou um estudo sobre os impactos de um acordo de livre comércio entre os dois países. O resultado foi que o PIB brasileiro cresceria até 1,3% (R\$ 38 bilhões) em 2030. No mesmo período, o valor das exportações brasileiras aumentaria em até R\$ 25,7 bilhões e o das importações em até R\$ 28,1 bilhões.



CHINA E ESTADOS UNIDOS

A CEO da Amcham lembra o encontro dos presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump, em março deste ano nos EUA, para comentar: “As relações entre Brasil e EUA entraram em nova fase, marcada por alto nível de convergência política, o que favorece a evolução de parcerias em áreas de interesse comum e influencia diretamente a economia”.

Sete meses depois do encontro com Trump, Bolsonaro visitou a China, para uma agenda oficial com o presidente Xi Jinping. O encontro ocorreu em clima de cordialidade, com o propósito de anular o mal-estar causado pelas declarações de campanha do presidente brasileiro, atacando o regime comunista e classificando os investimentos chineses no País como uma tentativa da China de “comprar o Brasil”.

Ao desembarcar em Pequim, o presidente brasileiro disse estar “num país capitalista”, levantando

Até o fim do ano, a corrente de comércio com o gigante asiático deve superar US\$ 100 bilhões, razão suficiente para manter a China no topo das prioridades comerciais do Brasil.

das dúvidas sobre o efeito diplomático da visita. Alguns dias depois, duas empresas chinesas, a CNOOC e a CNDOC, foram as únicas estrangeiras a acompanhar a Petrobras – mesmo que de forma minoritária – em lances nos dois leilões consecutivos de áreas de exploração de petróleo no pré-sal. O leilão, que havia sido anunciado como um grande atrativo para grandes petroleiras multinacionais, não surtiu o efeito esperado pelo Governo e a parceria com os chineses referendou a importância atual da China para a economia brasileira.

O consultor de empresas Guilherme Bergman sustenta que seria uma alternativa possível a negociação de acordos simultâneos do Brasil com Estados Unidos e China, apesar da guerra comercial travada entre eles. “Acho não só viável como desejável. O Brasil deveria assumir uma postura voltada ao comércio multilateral e não orientada apenas a uns poucos países com quem tenha alinhamento ideológico. Isso não significa que os Estados Unidos não sejam um parceiro importante e estratégico. É preciso ter autonomia e independência nas relações comerciais.”

A opção por dinamizar o comércio com o parceiro norte-americano não significa que o Brasil tenha se alinhado a um lado da disputa comercial. Nesse sentido, a atuação mundial é pautada pelo mais puro pragmatismo. Com uma corrente



comercial que acumulou, de janeiro a outubro, R\$ 81,6 bilhões, a China responde por 27,8% das exportações e 20% das importações, liderando o ranking de parceiros comerciais brasileiros. Até o fim do ano, a corrente de comércio com o gigante asiático deve superar US\$ 100 bilhões, razão suficiente para manter a China no topo das prioridades comerciais do Brasil.



SINAL POSITIVO

Em sua visita a Pequim, Bolsonaro fez, de surpresa, um anúncio que teve o tom de um armistício: o Governo brasileiro suspendeu a exigência de visto para a entrada de cidadãos chineses no País. “Pelo jeito, o presidente Bolsonaro gostou muito da China, para ele anunciar de lá que os chineses não precisam mais de visto para vir para o Brasil, o que ele só fazia para os países favoritos dele, como Estados Unidos e

Israel. Acho que isso é um sinal muito positivo. Mostra que o presidente gostou da forma como foi recebido na China”, diz, em tom conciliatório, o presidente da Câmara de Comércio Brasil-China, Charles Tang.

Ele diz não ter ficado preocupado quando Bolsonaro, durante a campanha, “falava da China em tons não muito positivos” porque sabia que o discurso mudaria quando o candidato assumisse a Presidência. “E realmente, o presidente já deu várias declarações de que a China é estratégica para o Brasil”, comenta Tang, lembrando que, na pior fase da crise recente da economia brasileira, a China investiu bilhões de dólares no Brasil e na Petrobras, “que tinha o rating em queda livre no mundo”.

Apesar disso, Tang não crê num acordo de livre comércio Brasil-China. “Pelo lado chinês, sim, pelo lado brasileiro, acho difícil. O custo Brasil não permite que isso aconteça. Tudo fabricado



“Esse custo Brasil é o que segura o avanço econômico do País. Não existe nação forte sem um setor industrial forte também. E, hoje, a economia brasileira é sustentada basicamente pelo setor agrícola.”

Charles Tang, Câmara de Comércio Brasil-China



no Brasil sai muito caro e a China tem um custo baixo. Num acordo de livre comércio, ficaria difícil para a indústria nacional. Esse custo Brasil é o que segura o avanço econômico do País. Não existe nação forte sem um setor industrial forte também. E, hoje, a economia brasileira é sustentada somente pelo setor agrícola”, afirma. Como exemplo da diferença de custos de produção entre os dois países, ele relata que trabalhador brasileiro que recebe R\$ 1.000 custa para a empresa R\$ 1.590. Na China, essa mesma relação corresponderia a R\$ 1.270.

Para o presidente da CCBC, antes de negociar um acordo bilateral, o Brasil precisa investir numa política industrial com redução de custos, para se tornar competitivo no mundo. “Aí sim, seria muito bom, mas o Brasil não tem como baixar os custos porque somos uma sociedade de várias castas, como na Índia. A única diferença é que a gente não usa pintinha vermelha na

testa. Tem a casta dos sem privilégios, a grande maioria do povo, que tem muitas obrigações e poucos direitos, a casta dos privilegiados, com poucas obrigações e muitos direitos, e a casta dos marajás, que se apropria dos recursos do País e não deixa nada para investimentos e avanço da nação.”

● ● ● RELAÇÕES GLOBAIS

A equipe econômica segue no propósito de fazer do comércio exterior um dos principais instrumentos de crescimento do PIB, tentando manter independência em relação a ideologias políticas. O primeiro passo foi vincular essa estratégia diretamente ao Ministério da Economia, que iniciou a atual gestão federal como um “superministério”.

O antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) desa-

pareceu, assim como o Ministério do Planejamento, e foram criadas secretarias especiais, que funcionam como espécies de “vice-ministérios”: Fazenda; Previdência e Trabalho; Produtividade, Emprego e Competitividade; Comércio Exterior e Assuntos Internacionais são algumas delas. A mudança de configuração, que deu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, o leque mais abrangente de poder já visto para um titular da pasta econômica, tem o objetivo de integrar políticas, fazer com que essas áreas sigam sempre na mesma direção, sem divergências.

Mas uma avaliação dos resultados concretos dessa guinada ainda é prematura, na opinião de Guilherme Bergman. “Apesar da mudança de discurso do Governo atual, ainda é muito cedo para identificar com clareza essas diferenças (entre a gestão atual e as anteriores). Espero que as relações comerciais brasileiras venham efetivamente a ser globais e não alinhadas ideologi-

camente, independentemente de qual seja essa ideologia. O comércio deveria servir à economia e não à política”, diz.

Bergman, que presta consultoria à Confederação Nacional de Indústria (CNI) e leciona no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e no curso de Comércio Internacional da Universidade de Caxias do Sul (UCS), entende como ponto prioritário para o Brasil o aumento do valor agregado das exportações. “Isso depende das reformas em curso, da melhoria dos fatores de produção, da qualificação das empresas e da implementação de uma política industrial com foco na competitividade e na inovação.”

Lia Valls concorda que, para competir no comércio internacional, o Brasil tem que ganhar produtividade, que está atualmente num nível muito baixo, mas ressalta que a diretriz atual, que mira na redução tarifária, pode ter um efeito positivo nesse sentido. Ela lembra que, ao longo dos anos, foram sendo adotadas sucessivas medidas de exceção à regra, os ex-tarifários, que resultaram em incontáveis listas e muita confusão.

“Agora vai organizar, colocar de forma mais transparente. Porque num regime de exceções, de várias listas, vai ficando tudo muito confuso. A diretriz do governo agora é outra. A aposta nas Rodadas de Doha (negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio), que perdurou durante muito tempo, ficou conflitante com a política comercial. O Brasil agora aposta nos acordos comerciais como política”, diz.

Na agricultura de exportação, o produto brasileiro já é considerado competitivo. Este é um setor que tem acompanhado os avanços tecnológicos. Há ainda outros nichos de excelência na indústria nacional, como a de aeronaves e alguns produtos siderúrgicos. Mas, no geral, o nível de produtividade industrial brasileiro está muito baixo para os padrões internacionais. Situação agravada pela queda de preços no mercado. “Todo mundo baixou muito os preços. Por isso não basta ter acesso aos mercados. Isso não garante vender muito. Tem que ter o que exportar, o que oferecer nesse universo de revolução tecnológica da indústria 4.0”, diz Lia Valls.

MAIS COMPETIÇÃO

Trazendo esses conceitos para a realidade brasileira, o diagnóstico do Governo é de que o País ficou para trás na corrida global. Não criou grandes instituições de inserção internacional comercial e permitiu que a atuação da Câmara de Comércio Exterior ficasse restrita à de uma câmara de arbitragem, resolvendo medidas de proteção por tarifas e cotas, mas sem se dedicar à construção de medidas de inserção internacional.



“As relações entre Brasil e EUA entraram em nova fase, marcada por alto nível de convergência política, o que favorece a evolução de parcerias em áreas de interesse comum e influencia diretamente a economia”.

Deborah Vieitas, Amcham Brasil

A meta do Governo é fazer com que a participação do volume de importações e exportações no PIB, historicamente abaixo de 25%, chegue a dezembro de 2022 em 30%, mantendo uma perspectiva de avanço no ritmo de crescimento. Para que isso ocorra, há uma predisposição de fortalecer uma política de

abertura de mercado para integrar a economia brasileira com a mundial.

Ou seja, a fase iniciada este ano no Brasil será marcada por mais competição e menos medidas protetórias. E um encaminhamento de questões que não fique tão amarrado às exigências da união aduaneira do Mercosul, embora por estar alinhado com Argentina, Uruguai e Paraguai na definição de tarifas de comércio exterior, o País tenha de se submeter ao padrão do Mercosul. Isso significa que mais mudanças podem fazer parte da política comercial brasileira num futuro próximo.

A exposição das companhias brasileiras a uma maior concorrência internacional, tanto nas importações quanto nas exportações, faz parte dessa estratégia. Deborah Vieitas, da Amcham, lembra que ainda há um enorme caminho a se percorrer, que passa pela simplificação do sistema de comércio exterior brasileiro e pela adoção das melhores práticas internacionais, com um efetivo ingresso do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

“Temos de buscar mais acordos, menos burocracia e melhores práticas, que ajudarão a integrar mais o Brasil com o mundo”, diz ela. Em relação aos Estados Unidos, lembra que o desafio central agora “é fazer com que o novo patamar de relacionamento político dos dois países se traduza em resultados concretos e ambiciosos para que possam aproveitar ao máximo a atual janela de oportunidades”. Para ela, entre outras vantagens, uma parceria maior com os Estados Unidos possibilitaria ao Brasil fomentar o acesso mais competitivo a insumos, tecnologias e bens de consumo “com potencial de aumentar a competitiva produtividade brasileira”.

“O multilateralismo é o melhor caminho para ter protagonismo no comércio exterior e há muitas alternativas para alcançá-lo. Pode se dar, por exemplo, por acordos comerciais diversificados, que podem ser um instrumento da liberalização comercial e da rápida melhora da produtividade. É importante, porém, destacar que o alto nível de convergência política não se traduz, necessariamente, em negociações proveitosas na área econômica”, conclui Lia Valls.

A INSTABILIDADE MACROECONÔMICA CONSPIRA CONTRA O SETOR DE SEGUROS

Embora reconheça a situação sólida do mercado segurador argentino, o presidente da AACS entende que o reperfilamento da dívida estatal do país afeta o setor.

A instabilidade macroeconômica na Argentina conspira contra a atividade seguradora na atual conjuntura. A afirmação é do presidente da Associação Argentina de Companhias de Seguros (AACS), Roberto Sollitto, que considera o mercado segurador “pró-cíclico”, ou seja, acompanha o crescimento da atividade econômica.

As principais preocupações do setor nesse contexto, segundo o dirigente, é o reperfilamento da dívida pública daquele país, um problema que está afetando a liquidez do mercado de seguros, mesmo quando o restante dos investimentos e o fluxo de cobranças permitem que as seguradoras argentinas cumpram suas obrigações.

Sollitto também se mostrou preocupado com a tendência crescente provocada pelo aumento do valor das peças de reposição de origem importada nos veículos sinistrados. “Os sinistros de responsabilidade civil em tramitação judicial estão expostos à aplicação de uma taxa ativa muito superior à renda obtida pelos investimentos”, afirmou.

Nesse cenário, na avaliação do presidente da AACS, o ramo de automóvel foi um dos mais

afetados, pois só foram vendidos 450 mil veículos na Argentina, nos últimos 12 meses, contra mais de 800 mil comercializados no período anterior. O desempenho ruim é resultado da queda da atividade econômica do país, que reduziu a produção de veículos.

Em contrapartida, os números que constam dos balanços das companhias seguradoras argentinas, fechados em junho deste ano, são positivos. “O mercado está em uma sólida posição. Os indicadores de cobertura do capital mínimo, na maioria dos casos, são superiores ao dobro do valor exigido pelo órgão estatal para que as empresas possam operar no mercado, comparou.

Quanto ao fato de o mercado segurador argentino ser formado por 175 empresas, número considerado elevado para alguns especialistas, Sollitto afirmou que a quantidade de companhias é considerada a necessária pelos investidores. “Se achassem que há um excesso na quantidade de empresas, as próprias leis do mercado produziram sua redução, com o passar do tempo, situação que não se observa neste momento”, pontuou.



“Os sinistros de responsabilidade civil em tramitação judicial estão expostos à aplicação de uma taxa ativa muito superior à renda obtida pelos investimentos.”

Roberto Sollitto, AACS



ÓRGÃO DE CONTROLE

Para Sollitto, o desempenho da atual gestão da Superintendencia de Seguros de la Nación, órgão estatal de controle do mercado de seguros argentino, presidido por Juan Pazo, é positivo. “A normativa que permitiu acrescentar o uso de sistemas de informática na relação entre segurados e seguradoras facilitou o funcionamento das companhias”, avaliou.

Ele elogiou também um anúncio veiculado no começo do ano sobre os incentivos fiscais para seguros de pessoas (vida e previdência). “Esse tipo de incentivo é um elemento muito importante utilizado pela maioria dos países”, opinou, acrescentando que “seria adequado, como acontece em outros casos, utilizar parâmetros periódicos de ajuste dos valores dos incentivos para mantê-los atrativos para os segurados”.

Em relação às medidas adotadas a respeito dos investimentos de seguradoras e resseguradoras, Sollitto assegurou que ambas têm instrumentos diversos para colocar seus investimentos, com maior ou menor liquidez e rentabilidade, em relação ao risco disposto a assumir. “Cada seguradora tem a possibilidade de definir a composição de seus investimentos, de acordo com a média de duração dos pagamentos de sinistros e outras dívidas e o fluxo de caixa das carteiras, explicou.

No entanto, também destacou que, para os segurados, é importante que as normas relacionadas aos contratos de seguros sejam mais simples e claras, ao mesmo tempo em que as seguradoras deveriam ter direito de elaborar os textos contratuais sem a prévia autorização da Superintendencia de Seguros de la Nación, como ocorre em alguns países do continente.

Segundo Sollitto, a cobertura dos seguros de responsabilidade civil obrigatória deveria ser alterada para permitir que a indenização às pessoas que sofreram danos fosse efetuada de forma mais rápida. “Assim, os custos judiciais poderiam ser reduzidos e, ao mesmo tempo, os segurados poderiam pagar prêmios mais baixos pelo seguro”, informou.

Quanto ao mercado de resseguros na Argentina, Sollitto entende que a decisão de criar um mercado de resseguradoras locais, tomada há oito anos, não possibilitou às empresas a obten-



ção de uma carteira equilibrada, incorporando riscos de diversos países. “Na maioria dos casos, elas concentram exclusivamente riscos nacio-

nais. Esse objetivo só é atingido pelas resseguradoras que operam como agências ou filiais locais de firmas multinacionais”, concluiu.

FIDES RIO OCORRERÁ EM 2021

A série de reportagens que a Revista de Seguros publicará até a realização da 38ª Conferência Hemisférica de Seguros da Fides, em 2021, na cidade do Rio de Janeiro, estreia com os dilemas do setor argentino de seguros. A intenção é apresentar aos leitores uma visão global do seguro em 19 países das Américas, incluindo os Estados Unidos e Espanha, com assento na Federação Interamericana de Empresas de Seguros (Fides), fundada em 1946.

Cerca de 3 mil participantes são esperados no evento do Rio, que ocorrerá de 9 a 12 de maio de 2021, no Windsor Expor Center, na Barra da Tijuca. As inscrições para o próximo

encontro Fides já podem ser feitas pelo hotsite www.fidesrio2021.com.

O Brasil é líder em arrecadação de prêmios na América Latina e 12º lugar do ranking mundial. No ano passado, a receita do setor representou 6,5% do PIB, incluindo Saúde Suplementar, e os chamados ativos financeiros administrados pelas seguradoras: R\$ 1,3 trilhão.

Entre outras atribuições, cabe à Fides cuidar da imagem institucional do seguro e do resseguro, estimular seu desenvolvimento, promover o intercâmbio entre os mercados regionais, realizar pesquisas e programas de educação em seguros.

LABAREDAS DEVASTAM VIDAS, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NO BRASIL

Instituto Sprinkler Brasil produz séries estatísticas de incêndios no País desde 2012 e aponta que, no ano passado, houve 531 ocorrências, com destaque para estabelecimentos comerciais.

A cada nova tragédia causada por incêndio, o assombro e o terror provocados por labaredas sem controle recebem manchetes garrafais na imprensa, geram debates acalorados sobre leis mais severas e, às vezes, batem à porta das seguradoras em forma de indenizações. Depois, a indignação coletiva se esvai como cinzas, restando poucas vozes, como aquelas que buscam reparos na Justiça e, aos poucos, se calam por desalento, cansaço e resignação. O fato é que os incêndios devastam memória, como a do Museu Nacional, no Rio de Janeiro; vidas, como as da Boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e não param de deixar um rastro generalizado de destruição. Inclusive de reputação e de mercado, no caso de empresas que não têm estratégia para o dia seguinte a um incêndio, ou seja, um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) adequado.

Não há números unificados que demonstrem o tamanho das tragédias no País. Mas pesquisas por amostragem dão alguma ideia da dimensão dos danos materiais ou humanos. O Instituto

Sprinkler Brasil do Brasil, por exemplo, produz uma série estatística dos incêndios noticiados pela imprensa desde 2012. Em 2018, foram 531 ocorrências, com a liderança de estabelecimentos comerciais (lojas, shopping centers e supermercados), com 190 registros, seguidos por depósitos, com 114. Em 2017, foram contabilizados 724 registros. Mais uma vez, o maior número coube aos estabelecimentos comerciais (286), seguidos por indústrias, com 153 ocorrências.

Na série histórica, contudo, chama a atenção as 1.275 ocorrências de incêndio em 2014, uma média de 106 por mês. De novo, os estabelecimentos comerciais lideraram os casos, com 342 registros; depois, os depósitos, com 259. Também em 2013 o número foi alto: 1.095 incêndios, uma média de 91 ocorrências noticiadas por mês. Em 2012, 755 incêndios, o que daria uma média mensal de 62,9 ocorrências.

Os dados do Instituto representam cerca de 3% das notificações prováveis no País e excluem os incêndios em unidades residenciais. Logo, nem dá para comemorar a suposta queda de ocorrên-

cias na série estatística do Instituto Sprinklers nos últimos anos, porque esse número é subdimensionado ou porque há casos nessa lista marcados na memória de todos, como o incêndio da Boate Kiss, a segunda maior tragédia brasileira em número de vítimas: 242. A maior foi a do Gran Circo Norte-Americano, com 503 óbitos.



MOTIVOS DE DESTRUIÇÃO

O uso de material capaz de potencializar a combustão, degradação de sistema elétrico, geradores em subsolos de prédios, falta de revisão das práticas de mitigação de incêndios, ausência de quartéis em muitos municípios brasileiros estão entre os motivos da grande destruição dos incêndios.

Sérgio Ricardo, consultor de gerenciamento e seguro, lembra que, nos Estados Unidos, o NFPA (nfpa.org), entidade sem fins lucrativos, elabora estudos sobre incêndios ocorridos há até mais de duzentos anos, para produzir conhecimento



sobre causas, consequências e a mecânica dos eventos. Essa ação é fundamental para criar códigos de boas práticas para quem constrói, para quem habita os prédios ou faz manutenções. “Os códigos do NFPA são uma referência mundial e seguidos por muitos países”, relata ele, para quem “temos também de produzir conhecimento, dispor de normas técnicas e códigos padronizados e ratificados por leis, para que possa haver regulação e supervisão”. Isso depende da participação e apoio de todos: autoridades, sociedade civil, técnicos e organismos nacionais e internacionais, seguradoras e resseguradoras, fabricantes de equipamentos e do Legislativo.

Para ele, o Brasil ainda se ressentir de um Código Nacional de Incêndio, necessário para impedir que cada estado (ou até município) continue a ter normas próprias, “sem qualquer padronização nas exigências e requisitos, criando um ambiente de muita confusão no plano regulatório”.

Não se pode esquecer o protagonismo dos proprietários na mitigação dos riscos de incêndios. “Preparar-se sempre para o pior pode ser a prote-

ção mais eficaz. Afinal, toda planta, não importa o tamanho, terá um incêndio um dia. É apenas uma questão de saber qual será sua dimensão e o que se fez para limitar seus danos. O único caminho para reduzir o risco de perda é fazer manutenção regular das práticas de mitigação de incêndio nas empresas”, afirma Juerge Wiemann, chefe regional de subscrição de propriedades da Europa Central e Oriental da Allianz Global Corporativo e Especializado (AGCS).



REQUISITOS EXIGÍVEIS

Novo estudo da AGCS revela que as perdas globais produzidas por incêndios superaram mais de US\$ 15,7 bilhões nos últimos cinco anos, segundo a publicação da multinacional de seguros. Incêndios (explosões) são responsáveis por mais da metade dos sinistros pagos nos ramos de propriedade no período. O estudo avaliou mais de 9,5 mil reclamações em todo o mundo nos cinco anos pesquisados.

“Preparar-se sempre para o pior pode ser a proteção mais eficaz. Afinal, toda planta, não importa o tamanho, terá um incêndio um dia. É apenas uma questão de saber qual será sua dimensão e o que se fez para limitar seus danos.”

Juerge Wiemann, AGCS

Esse comportamento destruidor dos incêndios desafia os formuladores de procedimentos de segurança. E provoca reflexões: existem falhas nos modelos de proteção ou o fogo é uma fonte perpétua de perdas para as empresas? Para o diretor do Instituto Sprinkler Brasil, Marcelo Lima, novas exigências são bem-vindas, mas o fato de a legislação de incêndio não ser retroativa no Brasil – ou seja, as melhorias incorporadas em anos recentes valem apenas para novas edificações ou para aquelas que passam por reformas significativas – mina a abrangência das normas para tornar os riscos menores.

“A maior parte das edificações não é afetada pelas novas exigências, e a melhora da segurança ocorre num ritmo aquém do desejado. O ideal é começar a discutir a necessidade de retroatividade para muitas das melhorias recentes incorporadas às legislações de incêndio”, explica Marcelo Lima.



“A melhora da segurança ocorre num ritmo aquém do desejado. O ideal é começar a discutir a necessidade de retroatividade para muitas das melhorias recentes incorporadas às legislações de incêndio.”

Marcelo Lima, Instituto Sprinkler Brasil

COMBATE AO FOGO

O uso de chuveiros automáticos (sprinkler) como medida de combate ao fogo pode salvar milhares de vidas e evitar as grandes perdas materiais consequentes dos incêndios. “Os sprinklers são comprovadamente a forma mais eficiente de proteção contra incêndio que existe para o ambiente construído, desde que bem projetados, instalados e mantidos”, pontua Marcelo Lima.

Um sistema de sprinklers está pronto para atuar 24 horas por dia, sem necessidade de interferência humana. Segundo Lima, estudos mostram que 92% dos incêndios em áreas protegidas por sprinklers são controlados por um bico, ou seja, o incêndio é controlado em uma área de aproximadamente dez metros quadrados.

Seu uso reduz ainda o dano causado pela água comparando-se ao combate manual. Basta ver que um sprinkler em operação em um escritório lança aproximadamente 90 litros por minuto, enquanto uma mangueira de incêndio de 65 mm de diâmetro pode lançar até 1.900 litros por minuto”, compara.

Uma ambiguidade: embora a grande maioria das corporações reconheça o incêndio como fator de risco, suas construções não são suficientemente adequadas para mitigar seus impactos, segundo dados da pesquisa do Instituto Ipso, que envolveu 300 empresas nacionais e estrangeiras. Ou seja, o risco de incêndio não consta do planejamento estratégico. Segundo o estudo, apenas 54% das empresas entrevistadas afirmam categoricamente que contam com plano estruturado de retomada de negócios em caso de incêndio. O índice é de 51% entre as empresas de capital nacional e de 65% entre as multinacionais.

Há fragilidades também no controle da cadeia de suprimentos. A pesquisa mostra que 57% das empresas afirmam enfaticamente que solicitam planos de prevenção para seus parceiros de negócios e fornecedores de insumos. Nesse caso, a prática é adotada de forma mais consistente entre as empresas de capital nacional (59%) do que nas multinacionais (51%).

RISCO DISTANTE

Esse comportamento deve-se ao fato de a maioria das empresas não ter vivenciado um grande incêndio, transformando-se esse risco em algo distante da realidade. Ainda que 30% informem ter convivido com um incêndio na história da empresa. Desse total, 46% disseram que o impacto foi baixo e 35% avaliaram como moderado. Apenas 16% dos respondentes disseram que a ocorrência prejudicou as operações e levou à interrupção do trabalho.

Outro ponto avaliado foi o perfil de investimentos em sistemas de combate a incêndio nas empresas. De acordo com a pesquisa, 71% dos respondentes gastam exclusivamente o previsto em lei. Apenas 22% investem acima do exigido pelas autoridades. Entre as empresas brasileiras esse índice é de 19%. Entre as multinacionais, sujeitas a controles globais mais rígidos, 35% das empresas investem acima do que prevê a legislação brasileira de prevenção e combate a incêndio. Ou seja, as empresas reconhecem o risco de incêndio para seus negócios, mas falta sentido prático para transformar o discurso em prática de prevenção.

Segundo pesquisa que avaliou os investimentos em sistemas de combate a incêndio nas empresas, 71% delas gastam exclusivamente o previsto em lei. Apenas 22% investem acima do exigido.



Ainda hoje, o Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento atestando que o estabelecimento possui condições de segurança contra incêndio, serve de passaporte para dar alguma tranquilidade aos usuários. Mas episódios eventuais de corrupção na sua emissão e os prazos de intervalos relativamente longos de renovação (de 3 a 5 anos) podem produzir um desvio na curva de sinistralidade.

“Novamente, precisamos entender que a responsabilidade primeira pela proteção contra incêndio de um estabelecimento é do proprietário, e não do Corpo de Bombeiros. Como dizia um ex-comandante dos bombeiros em SP, se alvará apagassem fogo, ele andaria com o porta-malas da viatura cheio deles”, diz Marcelo Lima.

Novas tecnologias, ao lado de um Código de Prevenção, podem ser armas importantes para driblar a sinistralidade. Mas conhecer a experiência internacional é fundamental, até porque quase não temos no Brasil pesquisas originais que desenvolvam produtos inovadores, e grande parte de nossas normas e requisitos legais é baseada em modelos de fora do País. Com isso, novas

tecnologias desenvolvidas, como os novos “smart sprinklers”, que são acionados por diferentes métodos, como radiação infravermelha, e que em breve serão realidade para proteção de depósitos muito altos são bem-vindos.

Entretanto, ainda vale aplicar o feijão com arroz da proteção contra incêndio, ou seja, produtos certificados de boa qualidade; profissionais com alto nível técnico, algo que só pode ser conseguido em larga escala se a universidade adotar a proteção contra incêndio como disciplina; inspeção e manutenção das instalações de incêndio.

Os empresários precisam entender que proteção contra incêndio não é somente custo, e sim uma garantia de continuidade de suas operações, sobretudo com seguro, e de riscos menores de longas disputas judiciais. Como a que coloca em polos opostos Veraneide Souza Ferreira e um supermercado que explodiu em 2012, no subúrbio do Rio, matando seu companheiro, o gerente do estabelecimento. Desde então, sua ação por danos morais tramita há sete anos no Tribunal de Justiça do Rio, sem um pronunciamento definitivo em segunda instância.



“Temos também de produzir conhecimento, dispor de normas técnicas e códigos padronizados e ratificados por leis, para que possa haver regulação e supervisão.”

Sergio Ricardo, consultor de Gerenciamento e Seguros

PROTEÇÃO DE DADOS: DISTINGUIR SEM DISCRIMINAR

CNseg prepara o lançamento do Guia de Boas Práticas do Mercado Segurador, um manual para ajudar os players do setor a vencerem o desafio que chega com a Lei 13.709/2018.

Os verbos distinguir e discriminar, embora originalmente possam ser sinônimos, ganharam acepções diversas e até mesmo contrárias ao longo do percurso histórico da linguagem. O “Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” tem como primeira definição para distinguir, “perceber a diferença entre ou ser diferente de”. Mas, entre as demais definições da palavra aparecem “ver com acuidade” ou “manifestar deferência, consideração especial por” ou ainda “fazer sobressair”. Ou seja, em sua maioria, são definições que ressaltam as características de pessoas ou coisas com viés neutro ou positivo.

Já para discriminar, a maioria das definições do mesmo dicionário tem carga negativa, sendo a mais difundida delas “tratar mal ou de modo injusto, desigual, um indivíduo ou grupo de indivíduos, em razão de alguma característica pessoal, cor de pele, classe social, convicções etc.”. No complexo desafio que se avizinha para o mercado segurador, com a entrada em vigor a partir de agosto de 2020 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD),

a postura que a superintendente jurídica da CNseg, Glauce Carvalho, recomenda ao setor está resumida em uma frase que ressalta essa diferença entre esses dois verbos aparentemente semelhantes: “Distinguir sem discriminar”.

“A Lei define como discriminação o comportamento abusivo. O que o setor segurador faz e precisa fazer é a distinção natural para a correta avaliação do risco da operação”, ensina Glauce. Ela reconhece que não se trata de tarefa fácil, mas de um processo que exigirá uma sintonia fina em todos os cuidados já tomados pela indústria do seguro na coleta, tratamento e armazenamento dos dados para efeito de elaboração da apólice economicamente viável para ambas as partes.



INSTRUMENTO LEGAL

“Nosso desafio é grande porque o seguro é baseado na análise de dados. O dado é o insumo da atividade”, pondera. É pensando nesse desafio que a CNseg está preparando o lançamento,



“A Lei define como discriminação o comportamento abusivo. O que o setor segurador faz e precisa fazer é a distinção natural para a correta avaliação do risco da operação.”

Glauce Carvalho, CNseg



idealmente até o final deste ano, do seu Guia de Boas Práticas do Mercado Segurador, um manual que visa orientar os operadores do mercado sobre os melhores caminhos para vencer esse desafio que chega em agosto do próximo ano com a Lei 13.709/2018. O instrumento legal consolida e aperfeiçoa os cuidados que o Brasil já tomava com os dados pessoais, seja no texto Constitucional, artigo 5º, seja no Código de Defesa do Consumidor, seja na Lei Geral da Internet.

Glauce explica que foram oito anos de debates, envolvendo Estado e sociedade civil, até o texto consensual aprovado pela Câmara de Deputados e Senado e sancionado pelo presidente da República em 14 de agosto de 2018 para entrar em vigor um ano depois. E por que o processo ganhou celeridade e teve desfecho em 2018?

A superintendente da CNseg explica que vários fatores se conjugaram nos últimos anos para essa agilização, começando pela intenção do governo brasileiro de concorrer a um convite para fazer parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Popu-

larmente conhecida como o Clube dos Países Ricos, ela é, na verdade, um regulamento composto por regras testadas e estáveis que norteiam as práticas dos países mais bem-sucedidos no universo do capitalismo democrático.



VAZAMENTO DE DADOS

A operação Lava Jato contra a corrupção, desencadeada em 2014 e que passou a demandar troca de informações com outros países, foi um segundo fator a exigir que o Brasil tivesse um regimento claro e consolidado de modo a interagir com o que os demais países vinham fazendo no terreno da proteção de dados. O vazamento de dados do Facebook referentes a milhões de cidadãos norte-americanos, supostamente utilizados com fins políticos pela consultoria Cambridge Analytica, foi outro fator a pressionar por uma conclusão para os debates sobre proteção de dados no Brasil.

E possivelmente o principal impulsionador dessa celeridade tenha sido a entrada em vigor,

A operação Lava Jato e o vazamento de dados do Facebook de milhões de americanos foram fatores que pressionaram o Brasil a ter um regimento claro para interagir com o mundo.

no dia 25 de maio de 2018, do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) dos países da União Europeia, benchmark mundial em proteção de dados. O RGPD é referência por consolidar e aperfeiçoar uma legislação de

reconhecida eficiência criada em 1996, ou seja, testada por mais de duas décadas. Ainda assim, precisa ser visto com os olhos da experiência, sujeito a aperfeiçoamentos.

Glauce cita como exemplo o caso do seguro auto. O RGPD europeu definiu que não poderia haver distinção de gênero. O que aconteceu na hora da definição da análise dos riscos para efeito do cálculo do prêmio de seguro? “O mercado passou a cobrar pela média e a mulher, que é mais cuidadosa e diligente ao volante, passou a pagar mais do que pagava anteriormente”, explica a superintendente da CNseg.

O Regulamento Geral de Proteção de Dados dos países da União Europeia, benchmark mundial em proteção de dados, é referência por consolidar uma legislação testada por mais de duas décadas.

Um dos objetivos da CNseg é que o guia tenha a chancela da ANPD, agência que supervisionará e fiscalizará a aplicação da Lei 13.709, conforme ficou previsto na sua redação final.

EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

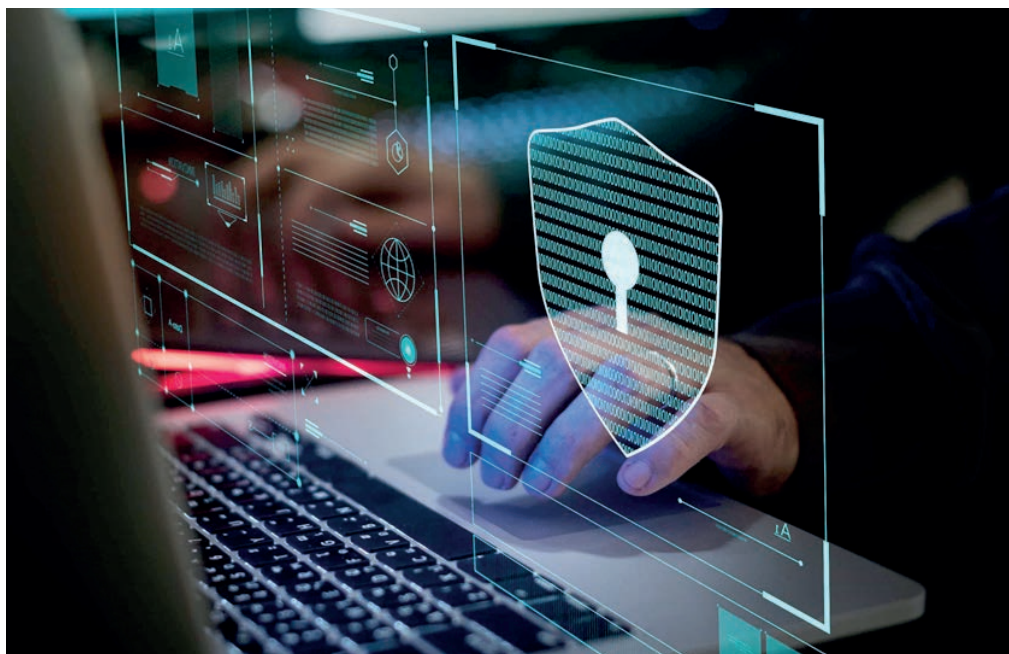
Mas a maturidade do regulamento europeu, segundo Glauce, faz dele um guia certo na maioria das muitas encruzilhadas da coleta, análise, armazenamento e destinação dos dados pessoais. Por exemplo, segundo ela, lá existem excepcionalidades para o mercado segurador e suas especificidades, enquanto aqui a LGPD, no seu artigo 3º, diz que ela “aplica-se a qualquer operação de tratamento [de dados] realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado”. É algo que “talvez no futuro” possa ser revisto à luz da experiência internacional, segundo a avaliação da especialista.

É por se tratar de uma experiência legal nova, que vai exigir “mudança de 360 graus” dos agentes, que a CNseg decidiu criar o guia para estimular a autorregulação do setor, começando por ela própria e passando pela longa cadeia que representa ou faz interface com a indústria do seguro, como seguradoras, resseguradoras, estipulantes, gerenciadores de risco, corretores, oficinas (no caso do seguro auto), hospitais e laboratórios (seguro saúde).

Glauce ressalta que toda essa cadeia, na qual se incluem também os órgãos reguladores,

como Susep e ANS, precisa compartilhar dados para que o sistema funcione adequadamente. O compartilhamento se faz necessário também com órgão de controle, como a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) do Banco Central (antigo Coaf), para prevenção de lavagem de dinheiro. Fazer esse compartilhamento sem incorrer em ilícito é apenas um dos desafios impostos pela chegada da Lei 13.709. O guia vai orientar os caminhos para que a indústria funcione dentro dos novos parâmetros.

Um dos objetivos da CNseg é que o guia tenha a chancela da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), agência que vai supervisionar e fiscalizar a aplicação da Lei 13.709, conforme ficou previsto na sua redação final, e cujo nome aqui adotado é uma improvisação porque ela ainda não existe. O fato de a ANPD ainda não ter sido criada representa um motivo de ansiedade do setor na sua busca por uma interação que lhe permita ajustar os parâmetros dessa desejada autorregulação, admite Glauce. Ela destaca também a importância de haver uma articulação do setor com os organismos de defesa do consumidor para que haja uma interpretação uniforme da lei e sejam evitadas eventuais duplicidades de penalizações.



ESPECIALISTA DEFENDE REGRA DE TRANSIÇÃO PARA OS BANCOS DE DADOS

“A nova lei brasileira é moderna e aponta para uma maior transparência e segurança para os segurados”. A opinião é do advogado Mário Viola, assessor da CNseg e com larga experiência no estudo das práticas internacionais de proteção de dados do ponto de vista do mercado segurador. O ponto de atenção, segundo sua análise, é saber como a ANPD vai atuar para aparar as arestas decorrentes do fato de a lei ser uma novidade para o País.

Para ele, faltou flexibilidade à lei. “Cabe à autoridade trazer essa flexibilidade, que passa pelo tratamento dos dados de acordo com as especificidades de cada área de negócios e com o diálogo dessa agência com os mercados e os demais órgãos de controle e fiscalização, de modo a conciliar proteção com a continuidade das atividades econômicas”.

Viola considera desejável e provável que haja uma regra de transição para que os bancos de dados já existentes possam se adequar à nova lei, evitando contaminar os dados coletados de acordo com a nova lei com aqueles que estão armazenados e possam ter sido coletados de uma forma que, a partir da entrada em vigor da Lei 13.709, possam ser consideradas ilegais.

O estudioso, atualmente radicado na Itália, não considera um problema, pelo menos em princípio, o fato de a ANPD ser criada como um órgão vinculado à Presidência da República e não como uma agência independente. Ele ressalta que a Argentina, um dos dois países sul-americanos (o outro é o Uruguai) reconhecidos pela União Europeia como possuidor de um sistema de proteção de dados adequado, tinha até há pouco tempo seu órgão regulador como um departamento do Ministério da Justiça.

O fato de os dois vizinhos e parceiros no Mercosul terem seus sistemas de proteção de dados já reconhecidos por aqueles que são referência mundial na matéria mostra, segundo a avaliação de Viola, que a Lei 13.709 está chegando para retirar o Brasil de uma situação de atraso, não só em relação aos dois, mas no confronto com os principais países da América Latina. Ele ressalta que o Chile já inclui

a proteção de dados na sua Constituição e que países como México e Colômbia vêm avançando. “O Brasil era quem estava mais atrasado”, comenta.

A superação desse atraso chega, de acordo com Viola, trazendo pontos de atenção naturais para o mercado segurador, a serem trabalhados em conjunto com as autoridades. Os principais, ele avalia que estão no tratamento de dados sensíveis, como questões ligadas à saúde, em que se sobressai o tema das doenças pré-existentes, e a opção sexual.

“A indústria de seguros brasileira tem feito seu dever de casa em relação à proteção de dados, cujo resultado mais visível é o guia de boas práticas que está para ser lançado”. Viola ressalta que o guia é produto de um grupo de trabalho criado pela CNseg tão logo a nova lei foi promulgada e que levou quase um ano

estudando cada capítulo da LGPD para que o setor possa chegar em agosto de 2020 o mais adequado possível.

O advogado ressalta que essa adequação não é apenas um imperativo legal, mas um requisito essencial à competitividade dentro desse novo ambiente. “As operadoras que saírem na frente em relação à Lei, vão sair também na frente em relação ao consumidor”, afirma.

“A indústria de seguros brasileira tem feito seu dever de casa em relação à proteção de dados, cujo resultado mais visível é o guia de boas práticas que está para ser lançado”.

Mário Viola

NOVOS RISCOS NO CÉU COM USO CRESCENTE DE DRONES

Frota de aeronaves mais que dobrou no País desde 2017. Aumento do número de voos e de aparelhos deixa aviões expostos a riscos de choques, ameaçando vidas e patrimônios.

Um novo risco de acidentes levou a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) a suspender por cinco vezes, desde 2017, as operações do Aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo. A paralisação temporária do segundo mais movimentado aeródromo do País impediu que, em decolagens e aterrissagens, os aviões ficassem expostos à ameaça de choque com drones, desafio emergente à segurança na aviação e em outras frentes de atividades da vida urbana no século 21.

De norte a sul do Brasil, mais de 77 mil dessas pequenas aeronaves estão registradas na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC): 28 mil de uso profissional e 49 mil de utilização recreativa, no aeromodelismo. Nos últimos 12 meses, cerca de dois mil novos aparelhos foram cadastrados mensalmente, segundo o gerente técnico de Normas Operacionais da Anac, Rafael Gasparini. Em outubro deste ano, 59 mil pessoas físicas e 4,2 mil empresas tinham drones oficializados perante a Anac.



“Quem não tiver seguro e utilizar essas aeronaves estará sujeito a sanções administrativas da Anac. Se houver sinistro, o operador terá que ressarcir prejuízos a terceiros.”

Rafael Gasparini, Anac

A frota de drones registrados mais que dobrou no País desde 2017, ano encerrado com 30 mil aeronaves cadastradas. A quantidade atual dos registros oficiais pode ser, contudo, bem menor do que o número real de equipamentos, acredita o engenheiro cartográfico Emerson Granemann, especialista do setor e CEO da empresa MundoGeo, que desde 2015 realiza a feira anual DroneShow, uma das maiores das Américas. “Estimo que no Brasil haja mais de 150 mil drones em operação”, afirma.

Com base em sondagens na cadeia produtiva dos drones, Emerson Granemann prevê que o setor fechará 2019 com faturamento em torno de R\$ 500 milhões. A cifra abrange os negócios efetuados por fabricantes e importadores de aeronaves, sensores e equipamentos de controle, prestadores de serviços e fornecedores de softwares – uma rede que, segundo ele, dá trabalho a 30 mil pessoas. “A expansão desse segmento da aviação tem sido de 30% ao ano. Partindo desse dado, o mercado deverá dobrar de tamanho em três anos”, estima.



Um dos terrenos férteis para esse crescimento é o agronegócio, incluído o segmento florestal. O setor é o principal demandador de serviços de drones no País, para missões relacionadas ao monitoramento de plantios, informa Granemann. “O uso na pulverização de defensivos também está começando, em lavouras menores, onde o avião é inviável”, acrescenta. Outros campos promissores são as companhias de geração elétrica e de mineração, assim como as de preservação do meio ambiente.



LEGISLAÇÃO RECENTE

As operações com drones são regulamentadas pela Anac desde maio de 2017. O uso dos aparelhos já era objeto de normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) do Ministério da Defesa e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), mas o regulamento da agência de aviação é considerado o marco legal da atividade. A normativa estabele-

ce os requisitos mínimos para os voos, inspirada na legislação aeronáutica dos Estados Unidos, Austrália e União Europeia.

A Anac enquadra os drones em três categorias, no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial (RBAC-E) nº 94: Classe 1, com mais de 150 quilos; Classe 2, de 25 quilos a 150 e Classe 3, até 25 quilos. Os pesos abrangem o veículo, a bateria, os sensores e a eventual carga transportada. A norma exige registro no Sistema de Aeronaves Não Tripuladas (Sisant); idade mínima de 18 anos para o piloto remoto e, embora com exceções, licença para pilotar e homologação do modelo na agência.

Aerocinematografia e aerofotografia são as principais atividades declaradas pelos usuários de drones de uso profissional à Anac, que tem cadastrados para essas operações, respectivamente, 10 mil e 7,5 mil aparelhos. No caso dos veículos de mais de 25 quilos, como a legislação condiciona o registro à aprovação dos modelos, seis tipos de três fabricantes estão autorizados pela agência. A exigência não se aplica aos drones menores, usa-

dos em até 120 metros de altura, dentro do campo visual do piloto remoto.

Apesar da variedade de pesos e modelos, os drones estão divididos em dois tipos – de asas fixas e de asas rotativas ou multirrotor. Assemelhado a um avião, o de asas fixas tem maior sustentação em voo, é mais veloz e consome menos energia, por ser mais leve e ter apenas um motor, ao passo que o de asas rotativas, parecido com um helicóptero, tem pelo menos dois motores. Os valores também são diferenciados, pois um aparelho de asas fixas pode custar duas vezes mais.



RISCOS A PREVENIR

Ao editar o RBAC-E nº 94, em 2017, a Anac teve como preocupação central a segurança do tráfego aéreo, das pessoas e bens de terceiros. Exceto no caso dos aeromodelos, utilizados para lazer, a contratação de cobertura de danos a terceiros é obrigatória para os drones. Definidos



“A expansão desse segmento da aviação tem sido de 30% ao ano. Partindo desse dado, o mercado deverá dobrar de tamanho em três anos”.

Emerson Granemann, MundoGeo

como aeronaves remotamente tripuladas (RPA, do inglês *Remotely-Piloted Aircraft*), eles têm de dispor, como as tripuladas, do Seguro de Responsabilidade do Explorador e Transportador Aeronáutico (Reta).

O Reta cobre prejuízos que possam ser causados pelos drones a pessoas e ao patrimônio no solo, além de indenizar estragos decorrentes de colisão ou abaloamento. “Quem não tiver segurado e realizar atividades com essas aeronaves estará sujeito a sanções administrativas da Anac. Se houver sinistro, o operador terá que ressarcir prejuízos a terceiros”, alerta o gerente Gasparini.

A tecnologia dos drones é cada vez mais segura, mas eles não estão imunes a acidentes, como as aeronaves convencionais. Por pane ou imperícia, podem cair, atingir pessoas e bens e chocar-se com helicópteros ou aviões, ao invadir aeroportos e seus entornos. Para proteção dos aparelhos e dos sensores embarcados, o mercado dispõe do seguro de casco, que cobre danos decorrentes de imprevistos como queda e roubo, desde que o operador, o aparelho e a operação estejam em conformidade com as regras da legislação.

A vulnerabilidade diante de riscos é comum, porém, é mais frequente entre profissionais e empresas que operam drones sem registro, lembra Emerson Granemann, da MundoGeo. Enquanto donos de aparelhos de recreação deixam de cadastrá-los por desinformação, os prestadores de serviços com aparelhos irregulares optam pela ilegalidade. O engenheiro aconselha aos contratantes de trabalhos com drones a exigir, antes, a comprovação da regularidade das aeronaves, incluída a cobertura do seguro.

Por não atender às exigências legais, o uso de um drone poderia ter rendido sanções mais pesadas, no Carnaval 2017, à escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, que levou um veículo do gênero ao desfile carioca. A Mangueira havia feito o mesmo no ano anterior, também à margem da lei. “As infrações foram cometidas antes da publicação do RBAC-E nº 94 e, por isso, enquadradas segundo a regulamentação vigente à época”, explica Rafael Gasparini. As agremiações foram multadas em até R\$ 6 mil.



RESTRIÇÕES DE VOO

A regulamentação da Anac impõe várias restrições ao voo dos drones, em nome da segurança da aviação e, em terra, dos seres humanos e bens materiais. Uma delas determina que os aparelhos sejam mantidos a pelo menos 30 metros de distância de pessoas que, alheias à operação, não autorizaram a aproximação, salvo nos casos em que elas estão protegidas por alguma barreira mecânica. O limite não se aplica, porém, a drones a serviço da polícia, bombeiros, fiscalização tributária e vigilância epidemiológica.

Além da proibição de fazer voos à noite, os operadores não podem elevar os drones além de 120 metros nem deslocá-los para fora de seu campo de visão, apesar de a maioria dos aparelhos dispor de recursos tecnológicos para isso. Exceções a essa regra começam, no entanto, a ser autorizadas pela Anac, que aprovou, em abril, a operação de drones de fabricação norte-americana num raio de até cinco quilômetros, o chamado voo BVLOS (do inglês *Beyond Visual Line of Sight*), fora da linha de vista dos operadores.

Como a atividade dos drones implica riscos ao tráfego aéreo, os operadores são obrigados a solicitar autorização de voo profissional ao Decea, via internet, com apresentação do plano da operação. “As plataformas do Decea e da ANAC são integradas, o que impede o pedido de autorização, se o drone e o proprietário não estiverem registrados”, explica Granemann. A Polícia Militar tem prerrogativas para, em caso de denúncia, abordar o operador e exigir que ateste o cumprimento da legislação.

Desde dezembro de 2016, quando lançou o sistema online Solicitação de Acesso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (Sarpas), o Decea autorizou mais de 190,5 mil voos, correspondentes a 87,8% dos mais de 217 mil pedidos. “A recusa da maioria de mais de 26 mil solicitações foi decorrente de falha no planejamento dos usuários, que não atenderam às exigências para uma análise de acesso seguro ao espaço aéreo”, informa o coronel Jorge Humberto Vargas Rainho.

O Decea realizou, em maio, o 1º Simpósio de Tecnologias Antidrones, em que autoridades aeronáuticas e agentes do setor debateram, na



“A recusa da maioria das 26 mil solicitações foi decorrente de falha no planejamento dos usuários, que não atenderam às exigências para uma análise de acesso seguro ao espaço aéreo.”

Cel. Jorge Humberto Rainho, Decea

Universidade Anhembi Morumbi, na capital paulista, o uso de tecnologias de identificação, detecção, monitoramento e neutralização de drones. O saldo do encontro, diz o coronel Rainho, é a conscientização de que a segurança do espaço aéreo no País “deve ser encarada como uma tarefa multidisciplinar, na qual diversos órgãos devem trabalhar em sinergia”.

As atenções do Decea, Anac, Infraero, operadoras privadas e companhias aéreas convergem para a segurança dos aeroportos porque é inevitável, nesses locais, o vai e vem da aviação comercial em baixa altitude. “Como os equipamentos convencionais de controle aéreo não detectam o tráfego de drones, já foram estabelecidos os procedimentos necessários nos casos de avistamento confirmado. Os órgãos respon-

sáveis já estão desenvolvendo suas atividades”, diz o coronel do Decea.

A linha de frente na proteção dos aeroportos está em São Paulo, onde Congonhas e o Internacional, em Guarulhos, gerido pela GRU Airport, têm sistemas antidrones em operação experimental. Por meio de antenas de rádio, os dispositivos rastreiam a ativação dessas aeronaves no entorno e a localização dos pilotos, emitindo alertas para os controladores de voo a fim de que tomem precauções.

A GRU informa que em Guarulhos, de janeiro a meados de outubro, num raio de dez quilômetros do aeroporto, foram detectados 1.986 drones (um deles, na altura proibida de 500 metros), prova de que o novo tipo de risco é realidade irreversível na aviação.

GOVERNO EDITA MP PARA NEGOCIAR DÍVIDAS FISCAIS E ARRECADAR MAIS

A chamada de MP do Contribuinte Legal deve beneficiar 1,9 milhão de devedores só na cobrança da dívida ativa, cujos débitos com a União superam R\$ 1,4 trilhão.

Uma medida provisória publicada no dia 17 de outubro pode ajudar o Governo Federal a obter um grande volume de recursos relativos a dívidas tributárias que hoje são objeto de ações judiciais. A chamada MP do Contribuinte Legal incentiva a regularização de débitos fiscais com a União, ao regulamentar o uso do instrumento jurídico da “transação” para a resolução dessas pendências.

Prevista no artigo 171 do Código Tributário Nacional, de 1966, a transação tributária ainda carecia de regulamentação. Trata-se de um tipo de acordo extrajudicial em que as partes negociam diretamente, evitando a esfera judicial e acelerando a resolução da controvérsia.

Pela MP, que precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias, os descontos poderão chegar a 50% do total da dívida, com parcelamento em até 84 meses. No caso de pessoas físicas e micro e pequenas empresas, o desconto pode atingir 70%, e o parcelamento, em até 100 meses.

Ainda assim, é vedado reduzir o montante principal e alguns tipos de multas, como as de natureza penal, frutos de crimes.



EXECUÇÃO FISCAL

Os conflitos tributários constituem um dos principais fatores de sobrecarga do Judiciário. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que, ao final de 2018, tramitavam no País 78,7 milhões de processos, dos quais 31,1 milhões (39%) eram de execução fiscal. Só no ano passado, ingressaram no sistema 4,075 milhões de processos relacionados ao Direito Tributário, envolvendo impostos, taxas, contribuições e a dívida ativa da União, entre outros.

Esse panorama se agravou com a persistência da crise econômica, que tem levado muitas empresas a deixarem de pagar tributos. Desde 2013, a dívida ativa cresceu 84% e já atinge R\$ 2,4 trilhões, dos quais 45% são considerados irre-

cuperáveis pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Hoje, 4,6 milhões de pessoas físicas e jurídicas devem à União.

Com a MP, o Governo espera não só propiciar condições mais favoráveis para o contribuinte se acertar com o Fisco, como também recuperar os valores de modo mais fácil e rápido. A estimativa é que, só nos casos de transações na cobrança da dívida ativa, poderão ser beneficiados 1,9 milhão de devedores, cujos débitos com a União superam R\$ 1,4 trilhão.

“Essa MP representa uma mudança de paradigma na relação Fisco-contribuinte. Tem que ser comemorada. O contencioso tributário no Brasil é gigantesco”, diz Tathiane Piscitelli, professora de Direito da FGV-SP e coordenadora do grupo de pesquisa Métodos Alternativos de Resolução de Controvérsias e o Direito Tributário: Limites e Desafios. “É uma sinalização de que o Fisco poderá conversar com o contribuinte sobre um débito que era considerado irre recuperável”, acrescenta.



“É bom lembrar que o Fisco não é obrigado a aceitar a transação e que não se trata simplesmente ganhar prazo e desconto. O contribuinte terá que oferecer contrapartidas.”

Linneu de A. Mello, FGV



REGRA VANTAJOSA

Para Linneu de Albuquerque Mello, do Direito da FGV-RIO, a nova regra é positiva e representará grande vantagem para o devedor. “Mas é bom lembrar que o Fisco não é obrigado a aceitar a transação, que não significa simplesmente ganhar prazo e desconto. O contribuinte terá que oferecer contrapartidas.” O professor destaca que a transação poderá ocorrer em várias situações, como quando o valor devido é pequeno ou quando o Fisco não consegue cobrar o débito em juízo.

Já para o jurista Ives Gandra Martins, especialista em Direito Tributário, a MP do Contribuinte Legal é um primeiro passo importante. “Há tantos processos nessa área em grande parte porque o sistema tributário brasileiro é escandalosamente imoral. Só serve para financiar uma máquina pública esclerosada e ineficiente. Com a MP, é a primeira vez que se discute não só a multa, mas o débito integral. Isso mostra que o próprio tributo é injusto”.



“O Governo Federal está no caminho correto ao tentar liberar as empresas dessa pressão monumental. Mas só a MP não é suficiente. É preciso simplificar a legislação tributária.”

Ives Gandra, jurista



“Na prática, os Refis geram aumento de arrecadação momentâneo, que cai no médio e longo prazo, porque o contribuinte aposta em novas benesses e para de pagar.”

Kleber Cabral, Sindifisco



“Essa MP representa uma mudança de paradigma na relação Fisco-Contribuinte. Tem que ser comemorada. O contencioso tributário no Brasil é gigantesco.”

Tathiane Piscitelli, FGV

Gandra lembra a existência do bônus de eficiência pago aos auditores da Receita, que, segundo ele, leva os fiscais a autuarem “as coisas mais incríveis”. “O Governo Federal está no caminho correto ao tentar liberar as empresas dessa pressão monumental. Mas só a MP não é suficiente. É preciso simplificar a legislação tributária, para que o contribuinte saiba o que está pagando e para salvar o País da fúria arrecadatória”, afirma.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, porém, critica a Medida Provisória. Para o presidente do Sindifisco, Kleber Cabral, a medida é positiva apenas na teoria e não passa de um “Refis gourmet”. “Na prática, os Refis (programas de regularização de dívidas fiscais) geram aumento de arrecadação momentâneo, que cai no médio e longo prazo, porque o contribuinte aposta em novas benesses e para de pagar.”

Segundo ele, nos últimos dez anos, os Refis e demais programas para facilitar a quitação de débitos fiscais geraram subsídios da União para os contribuintes de R\$ 334 bilhões. “E 70% eram grandes contribuintes, que distribuem dividendos.” Cabral critica ainda o fato de a MP garantir a pessoas físicas o mesmo direito às mesmas condições que as pequenas empresas. “Tem pessoa física com auto de infração de R\$ 300 milhões”.

Outro problema, aponta ele, é que a MP delega ao Executivo (à Procuradoria da Fazenda ou ao Ministério da Economia, conforme o débito esteja ou não na dívida ativa) o poder de conduzir a transação. “Por qualquer pressão de caixa, o Governo pode ser premido a fazer acordos. E com que critérios vai dar 30% de desconto para um e 40% para outro”, questiona.



MEDIDAS DE AUTOMAÇÃO

A preocupação com o número de processos de execução fiscal já tinha levado o CNJ a criar, em maio, um Grupo de Trabalho para propor medidas visando otimizar a cobrança das dívidas, por meio do Processo Judicial Eletrônico, lançado em 2011. “O trabalho, ainda em curso, reside na

busca de medidas de automação e governança que venham agilizar o processamento da cobrança judicial da dívida ativa e dar efetividade ao processo”, diz a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Livia Peres.

Até a edição dessa MP, entraves jurídicos impediam a adoção de instrumentos extrajudiciais em conflitos tributários. Além da transação, tais instrumentos incluem a mediação (em que um mediador ajuda as partes a se entenderem), conciliação (na qual um conciliador sugere formas de resolver o conflito), arbitragem (em que um árbitro decide a questão, com força de sentença) ou pela via judicial. Mas a Lei da Mediação (de 2015), por exemplo, veta, no artigo 38, que ela seja usada em conflitos sobre tributos federais.

Para Tathiane Piscitelli, da FGV-SP, isso poderia abrir brecha ao uso da mediação em casos de tributos estaduais e municipais, mas o Código Tributário Nacional prevê a necessidade de previsão legal expressa. Assim, mesmo com a nova MP, estados e municípios precisam aprovar leis permitindo a transação ou a mediação em conflitos tributários locais. A professora afirma que tampouco a nova Lei de Arbitragem, de 2015, prevê esse instrumento em controvérsias fiscais.

Linneu de Albuquerque Mello, da FGV-Rio, destaca que em Portugal já se usa arbitragem tributária. “Funciona bem, com grande sucesso. Seria positivo aqui. É mais rápido e desafiaria o juiz brasileiro.” No modelo português, adotado em 2011, as pendências são resolvidas em quatro ou cinco meses, em média, limitadas a casos que envolvam até 60 milhões de euros, explica Tathiane.

Por enquanto, a mediação é usada no Brasil em diversas situações, por meio de câmaras de mediação privadas. Perla Cruz, diretora da Vamos Conciliar, fundada em 2016 e especializada em acordos, afirma que a empresa já realizou cerca de um milhão de mediações, com índice de sucesso de 70%. Segundo ela, questões envolvendo planos de saúde, bancos, seguradoras e os respectivos clientes são as mais comuns, e os valores variam de R\$ 200 a R\$ 500 mil. “A cultura da mediação ainda engatinha no Brasil. Se fosse usada de forma efetiva, representaria uma enorme economia de tempo e dinheiro”, conclui.

UM MODELO DE ENSINO SEMPRE ATENTO AO FUTURO

Buscando continuamente a excelência, a ENS reposiciona-se no mercado com nova marca e oferta de cursos dirigidos a áreas que vão além do seguro.

Marcas tradicionais e respeitáveis, quando comprometidas com suas essências históricas, não se perdem no tempo – renovam-se na busca contínua pela excelência, acompanhando transformações culturais e sociais latentes que



“Onde podemos agregar valor para o mercado segurador, percebemos que a Escola pode muito mais, e é isso que vamos explorar.”

Tarcísio Godoy, ENS

impactam pessoas e mercados. Há 48 anos que esse ideal norteia a ENS, que agora se chama Escola de Negócios de Seguros, uma nova marca desenvolvida como reflexo de um necessário reposicionamento de mercado, que expandirá a oferta de programas educacionais para outros segmentos de negócios no Brasil e no exterior.

Na esteira dessa renovação da ENS, o setor securitário será contemplado com cursos inéditos de graduação e MBAs, dentre os quais os de relações de consumo, inovação, marketing e transformação digital, que possibilitarão aos alunos a especialização em áreas como Liderança Sustentável de Pessoas, Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, Finanças e Gestão Estratégica de Recursos Humanos, entre outras. “Onde podemos agregar valor para o mercado segurador, percebemos que a Escola pode muito mais, e é isso que vamos explorar”, sinaliza o diretor-geral da ENS, Tarcísio Godoy.



PILARES E METAS

Hoje, atuam na Escola cerca de 100 coordenadores e professores com mestrado e doutorado. A missão dessa equipe está calcada em quatro pilares do reposicionamento da marca. Os dois primeiros voltados para sustentação estratégica e financeira e os outros dois, para divulgação institucional.

A primeira destas quatro metas é manter o

contínuo aprimoramento da Escola, ou seja, o foco na capacitação dos corretores, mas também qualificando a instituição constantemente com o que há de mais moderno e inovador no mercado. O segundo item da estratégia é atender profissionais que não sejam formalmente do setor, mas que, de certa forma, estejam vinculados à área de seguros. Uma ampla agenda internacional em 2020 resume o terceiro pilar, que possibilitará aos alunos visitarem centros inovadores em seguros como, por exemplo, o mercado indiano, onde há um inequívoco sucesso do microsseguros. Por fim, o quarto pilar consiste em projetar a ENS como formadora de opinião em importantes debates e transformações do mercado e do País.

“É importante demonstrar ao nosso consumidor que, apesar de não perder o foco em seguros, a Escola não está limitada a esse mercado. Conversamos com nossa consultoria, consumidores e mercado em geral e concluímos que esse reposicionamento traz vantagens”, ressaltou Godoy.

No próximo ano, a ENS ampliará a rede de parcerias com instituições de ensino de todo o Brasil, além da oferta de treinamentos em vários países. Além da Índia, Chile, China, Estados Unidos, Inglaterra, Israel e Portugal estão na lista. Até o fim deste ano, o planejamento estratégico da ENS para o triênio 2020-2022 será submetido ao Conselho de Administração.

A PROTEÇÃO DO SEGURO EM SINTONIA COM A SÉTIMA ARTE

A vinda de grandes produtoras internacionais para trabalhar em conjunto com as brasileiras trouxe mais fôlego à cultura de seguro no meio cinematográfico.

Novembro de 2006. Durante as filmagens do “Tropa de Elite 1”, a van em que estava a equipe foi assaltada às 5h da manhã ao descer o Morro do Chapéu Mangueira, no Leme, no Rio de Janeiro. Nada menos que 90 armas foram roubadas: 59 réplicas, feitas de carbono e madeira, e 31 fuzis e pistolas de verdade, adaptadas para somente dar tiros de festim. Todas seriam usadas como objetos de cena no filme, que meses depois alcançaria recorde de bilheteria e entraria para a história do cinema nacional. A produção, com custo avaliado em cerca de R\$ 11 milhões, felizmente, estava coberta por um seguro, que entre outras coisas, protegia toda a parte de material e equipamentos utilizados durante o trabalho de filmagem.

Não é de hoje que o seguro está em sintonia com a sétima arte. Apólices que cobrem multiriscos são um procedimento padrão em Hollywood. Há casos famosos da relevância do seguro para produções cinematográficas, como no filme “Velozes e Furiosos 7”, em que o ator

principal, Paul Walker, morreu aos 39 anos, num acidente de carro durante um dia de folga das filmagens. Para concluir o trabalho, a produtora precisou lançar mão do irmão do ator como dublê, retocando-o digitalmente com base em um recurso tecnológico complexo e caro. Não há um valor confirmado, mas especulou-se na época que a produção teria ficado alguns milhões de dólares mais cara por conta disso. A cobertura do seguro foi estratégica para a continuidade do projeto.



PRODUÇÕES NACIONAIS

No Brasil, o seguro está presente de forma quase que obrigatória em longas com custo médio de produção acima de R\$ 1 milhão. Nos últimos dez anos, com a vinda de grandes produtoras internacionais para trabalhar em conjunto com produtores brasileiros, a cultura de seguro no meio cinematográfico ganhou mais fôlego no País. Filmes como “Se Eu Fosse Você” e

“Ensaio sobre a Cegueira”, por exemplo, reservaram parte de seus orçamentos para contratar um seguro que cobrisse diversos tipos de riscos. As coberturas oferecidas por aqui são inspiradas no que existe mundo afora para o segmento e podem garantir da pré-produção até a pós-produção do filme.

Seguros multiriscos preveem coberturas para diferentes tipos de imprevistos, como a possibilidade de garantir o não comparecimento de protagonistas da produção (artista principal, diretor etc.); riscos de responsabilidade civil (filmagem, bens de terceiros, empregador, imóvel, veículos a serviço da produção etc.); riscos diversos (equipamentos, objetos de cena, vestuário, veículos em cena, valores em mãos de portadores); e acidentes pessoais (staff, atores, figurantes, prestadores, podendo estender essa garantia, inclusive, a dublês, quando previamente negociada).

A corretora de seguros Dulce Thompson, que trabalha há 25 anos no segmento de entretenimento, diz que o valor da apólice não está apenas



“Para algumas coberturas, é necessário que os atores principais façam exame de saúde prévio, para reduzir o risco de não comparecimento ao set, que é o verdadeiro drama para quem produz um filme.”

Dulce Thompson, corretora

atrelado ao custo de produção. O preço é estabelecido com base na análise do roteiro e em outros fatores, como os artistas principais do filme, os locais e horários de gravação, os equipamentos utilizados, se há cenas perigosas programadas, o período de tempo para filmagens etc.

“Para algumas coberturas, é necessário que os atores principais façam exame de saúde prévio, para reduzir o risco de não comparecimento ao set, que é o verdadeiro drama para quem produz um filme”, comenta Dulce, que tem no currículo cargos de diretoria na Aon Corretora de Seguros e na Chubb Seguradora, onde atuou no segmento de seguros para produções cinematográficas. Atualmente comanda a própria empresa, a Dulce Thompson Riscos e Seguros para Sports & Entertainment.



AUSÊNCIAS E PREJUÍZOS

Quando o artista principal do filme não pode comparecer ao dia de gravação, o prejuízo di-

ário é imenso, principalmente para produções que trabalham com o orçamento apertado, como a maioria das que são feitas no Brasil. Pode-se perder dias já pagos com aluguel de equipamentos, locação de cenas, veículos de suporte e figurantes. A cobertura de não comparecimento pode gerar sinistro quando o artista se acidenta ou contrai uma doença não pré-especificada no atestado médico obrigatório antes de fechar contrato com a seguradora. Para a subscrição de riscos, é necessário apurar informações detalhadas sobre a vida do artista, como idade, se há histórico de atrasos, faltas ou outros problemas na carreira etc.

Um exemplo clássico de sinistralidade aconteceu durante as filmagens de “Guerra nas Estrelas – O Despertar da Força”: uma porta hidráulica da nave espacial Millenium Falcon foi fechada no momento errado e quebrou a perna esquerda do ator Harrison Ford. “Além dos atores principais, é possível incluir nessa cobertura o diretor e outras pessoas indispensáveis à produção”, ressalta Dulce, que tem na



“Nossa missão é conscientizar as produtoras sobre a importância de uma proposta de seguro bem elaborada, que possa permitir uma tranquilidade em todo o seu processo de produção.”

Luciana Duarte, broker Aon

carteira negociações envolvendo filmes como “Casa de Areia”, cuja atriz principal é Fernanda Montenegro, “Lisbela e o Prisioneiro”, e a série “Me chama de Bruna”, que conta a história da ex-garota de programa Raquel Pacheco, que ficou conhecida como Bruna Surfistinha.

Na pós-produção do filme, no momento de distribuição, um dos seguros mais relevantes, na avaliação de Dulce, é o de Erros e Omissões, conhecido como E&O. Criado nos EUA, ele foi desenvolvido para dar às produtoras garantias em relação a fatores imprevisíveis e/ou não intencionais, ou seja, riscos que mesmo com análise de advogados não foram possíveis de serem evitados. Por exemplo, se uma pessoa aparece em determinado filme ou programa, se sente constrangida pela maneira em que foi retratada e, por isso, processa a produtora por danos morais, é o E&O que vai arcar com esse custo, caso a produtora perca a ação. Ele prevê todo tipo de ação judicial.

A corretora de seguros, no entanto, observa que a sinistralidade nessa área não costuma ser grande. “Há casos isolados, mas de uma maneira geral, trata-se de uma carteira saudável”, afirma. O desafio do segmento é inserir o seguro em pequenas e médias produtoras, além daquelas independentes, que geralmente abrem mão da apólice por falta de orçamento. “O mercado é considerado promissor por conta disso. É preciso ter um trabalho de conscientização”, completa.



QUEDA NA PRODUÇÃO

Até o segundo semestre de 2018, o segmento de produção audiovisual para a indústria de seguros vinha num processo crescente. De acordo com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), foram lançados 185 filmes brasileiros naquele ano. Em 2017, foram 160. Só como base de comparação, em 2010, houve 74 produções lançadas, segundo a agência. O enxugamento de gastos por parte do governo federal este ano, porém, vem mudando esse cenário.

O Fundo Setorial do Audiovisual – considerado estratégico por se tratar de um mecanismo

de fomento direto ao cinema brasileiro e que soma hoje R\$ 724 milhões – encontra-se parado. O Comitê Gestor responsável por definir as diretrizes e o plano anual de investimentos do fundo, que é subordinado à Ancine, não foi definido ainda. Nos últimos anos, o plano costumava ser aprovado entre abril e maio. A ausência do comitê é um dos elementos que vem reduzindo a produção de filmes, séries e programas de TV em 2019.

Para 2020, as perspectivas também não são positivas. O presidente Jair Bolsonaro apresentou, em setembro, projeto de lei ao Legislativo que prevê, para o próximo ano, um corte de quase 43% do orçamento do FSA, indo para R\$ 415,3 milhões.

A redução de subsídios pelo Governo Federal à área cinematográfica tem contribuído também para a retração do número de contratações de apólices nesse segmento. A broker de resseguros, especializada em eventos, filmes e obras de arte da Circles Group, Luciana Duarte, diz que já dá para sentir uma queda de 20% no número de contratações de seguros este ano em relação a 2018.

O mercado só não está praticamente parado, porque as produtoras precisam garantir o mínimo de proteção, como as coberturas de acidentes pessoais para staff e de equipamentos. “Falta recurso para contratar seguro de multiriscos, e as produtoras estão preferindo o básico”, afirma Luciana Duarte.

Segundo ela, a sinistralidade nesse segmento, em geral, envolve essas duas coberturas. “Normalmente as gravações acontecem até tarde da noite, num ritmo frenético, porque o orçamento é curto e não se pode perder tempo, o que acaba propiciando mais riscos para acidentes e perda ou roubo de equipamentos. Inclusive o seguro de acidentes pessoais é obrigatório por sindicatos em muitas regiões do país”, explica.

O pacote completo, que envolve as coberturas multiriscos, costuma representar de 1,5% a 2% do custo total da produção, diz Luciana, afirmando que esse é um tipo de seguro que não está na prateleira para ser consumido. Um corretor especializado deve fazer uma análise detalhada do trabalho proposto pela produtora, para oferecer coberturas que atendam as necessidades do



cliente e para evitar aquelas que sejam dispensáveis. “Nossa missão é conscientizar as produtoras sobre a importância de uma proposta de seguro bem elaborada, que possa permitir uma tranquilidade em todo o seu processo de produção.”

MERCADO EM RETRAÇÃO

O diretor de Operações e Placement da Aon, Alessandro Morangon, também percebe o mercado mais fraco em 2019. Segundo ele, o prêmio colocado pela Aon nos últimos três anos no segmento foi de aproximadamente R\$ 5 milhões e tem sido notada a entrada de mais brokers nesse segmento. “O momento desse mercado é de retração, em alinhamento com o corte de verbas da lei de incentivos. Para esse

ano, acreditamos que não haverá mais nenhuma grande produção”, prevê.

Mas há um segmento dentro do audiovisual que permanece em alta para o setor de seguros: o de comerciais. Segundo Morangon, apesar de ter um prêmio baixo, é uma área que se mantém aquecida, mesmo na crise. Como geralmente a produção de comerciais envolve grandes empresas, há uma preocupação maior com relação à exposição de riscos.

As produtoras especializadas em comerciais costumam contratar seguro multiriscos, que cobrem tanto os funcionários próprios quanto terceiros. “Com o aumento do uso dos drones para captação de imagens aéreas, a preocupação com esse risco também aumentou. Se equipamento cai no telhado de alguma casa ou sobre alguém, o seguro oferece tranquilidade à equipe”.



“O momento desse mercado é de retração, em alinhamento com o corte de verbas da lei de incentivos. Para esse ano, acreditamos que não haverá mais nenhuma grande produção.”

Alessandro Morangon, executivo

ACUADOS PELA CRISE, BRASILEIROS TENTAM A SORTE NO EXTERIOR

*Até julho, 21.873 pessoas declararam saída definitiva do Brasil.
Dados da Receita Federal sugerem que 2019 vai bater recorde da
série histórica de emigração.*

O brasileiro entrou em rota de fuga: nos últimos oito anos, quase quadruplicou o número de pessoas que resolveram viver em outro país. Segundo a Receita Federal, com base na declaração de saída definitiva — um documento entregue pelo contribuinte ao dar bye-bye, Brasil —, em 2011 foram 8.170 emigrantes. No ano passado, esse número chegou a 22.538 e, até julho deste ano, já alcançava 21.873 declarações. Possivelmente, 2019 vai bater o recorde da série histórica.

Curiosamente, apesar das restrições impostas pelo Governo Trump, o volume de vistos concedidos a brasileiros na terra de Tio Sam não para de crescer. Em 2018, foram emitidos 4.458 vistos definitivos, 27% a mais do que em 2017. De maneira geral, porém, entre 30 mil e 40 mil cidadãos estão, a cada ano, deixando o Brasil para viver nos Estados Unidos.

“Os americanos sempre estão interessados em mão de obra altamente qualificada, investidores e empreendedores. E os brasileiros entenderam isso: nos últimos quatro anos, o percentual de indivíduos com formação superior ou pós-gradu-



“Nos últimos quatro anos, o percentual de indivíduos com formação superior ou pós-graduação que optaram pela migração saltou de 83% para 93%”.

Jorge Botrel, JBJ Partners

ação que optaram pela migração saltou de 83% para 93%”, explica Jorge Botrel, sócio da JBJ Partners, consultoria especializada em expatriação e empreendedorismo no exterior.

Uma pesquisa feita pela empresa, com base em questionários respondidos por brasileiros que moram nos Estados Unidos, indica que, até 2013, 42% dos emigrantes saíam de São Paulo e outros 15%, do Rio de Janeiro. A grave crise econômica no Rio, porém, elevou esse número para 21%, a partir de 2014. Em termos de faixa etária, até 2013, o grupo de 20 a 29 anos respondia 50%. Agora, mais da metade é representada pela soma da faixa de 30 a 39 anos (34%) com a de 40 a 49 anos (23%).

O levantamento aponta que a crise não é o único fator de decisão na hora de fazer as malas por tempo indeterminado: 95% dos entrevistados sequer planejam voltar nos próximos três anos. “A instabilidade política, a corrupção e a violência também impulsionam muitas pessoas a deixarem o Brasil. Mas, antes de tomar essa decisão, é recomendável que as pessoas pensem bem e planejem com cuidado”, afirma

SINAL DE ALERTA

Há 2,5 anos morando em Miami, Botrel acredita que o sinal de alerta em relação à perda de talentos para a economia brasileira ainda não foi aceso, já que o Brasil é um país de dimensões continentais e produz profissionais qualificados em massa. “O fato, porém, é que estamos perdendo pessoas que poderiam fazer diferença no País”, observa o consultor.

Embora não existam números oficiais, Estados Unidos e Portugal parecem disputar a preferência dos brasileiros que querem tentar a vida no exterior. O advogado Otavio Gazineu Cyranka mora em Portugal desde o ano passado e, desde maio, vem prestando consultoria para compatriotas interessados na expatriação. Ele observa que a maior demanda é por serviço de atribuição de nacionalidade portuguesa, seguido pela assessoria à obtenção de vistos D2 (para empreendedores) e D7 (aposentados ou titulares de rendimentos próprios).

“O perfil do brasileiro em Portugal mudou bastante ao longo dos anos. Hoje, abrange pes-



“O perfil do brasileiro em Portugal mudou bastante. Hoje, abrange pessoas menos favorecidas, profissionais liberais com excelente qualificação e empresários.”

Otavio Cyranka, advogado

soas de classes econômicas menos favorecidas, profissionais liberais com excelente qualificação e empresários que constituem empresa em Portugal ou administram remotamente empresas próprias no Brasil. Sem falar nos aposentados”, comenta Cyranka.

A chegada de brasileiros de maior poder aquisitivo em Portugal reflete em setores como o imobiliário. Pesquisa realizada em 2018 pela Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária em Portugal (Apemip) mostrou que os brasileiros ocupam a quinta colocação no ranking de nacionalidades que mais adquirem imóveis naquele país. Quando o critério é o valor dos imóveis, os brasileiros pulam para a terceira posição, perdendo apenas para Reino Unido e França.

QUALIDADE DE VIDA

A médica Claudia de Mello Perez, 54 anos, fez as contas, pesou prós e contras, analisou a relação custo-benefício e trocou o Rio de Janeiro pela tranquila Braga, no norte de Portugal, no início



“A demanda do mercado em Portugal é por vagas de nível técnico. Não é fácil encontrar possibilidades de emprego para quem tem nível superior.”

Cláudia Perez, médica

deste ano. Foi com o marido, o analista de sistemas Otavio Souza, o filho Eduardo e a enteada Luísa. A renda da família diminuiu, mas a qualidade de vida aumentou, garante ela.

“A demanda do mercado em Portugal é por vagas de nível técnico. Não é fácil encontrar possibilidades de emprego para quem tem nível superior. Em contrapartida, vive-se muito melhor com menos dinheiro”, relata.

Seguir o exemplo da médica e fazer uma ampla pesquisa antes de partir é fundamental, na avaliação de Cyranka. Segundo ele, o candidato a cidadão português precisa avaliar o custo de vida, o valor dos salários e dos aluguéis, a demanda do mercado de trabalho para seu campo de atividade, entre outras informações. O advogado destaca que dominar um segundo idioma (inglês ou espanhol) ajuda bastante na hora de se recolocar profissionalmente.

A segunda etapa envolve o planejamento de, pelo menos, um ano, com garantia de reservas financeiras, inclusive para imprevistos. Donos de imóveis podem exigir até 12 vezes o valor do aluguel como caução. Conhecer a fundo o processo de validação de diploma ou para a abertura de uma empresa também ajuda bastante.

O advogado sugere ainda praticar o desapego, viajando apenas com as bagagens permitidas pelas companhias aéreas, ou seja, dois volumes de 23 quilos cada. Por fim, conversar com brasileiros que já vivem em Portugal. “Dessa forma, é possível ter uma ideia geral do que é morar aqui, com dados positivos e negativos em relação ao país. Informação nunca é demais”, conclui.

OS NÚMEROS DA DECLARAÇÃO DE SAÍDA DEFINITIVA

2014: 12.520	2017: 22.943
2015: 14.920	2018: 23.149
2016: 21.040	2019 (até julho): 21.873

PLATAFORMA DA CNT AVALIA ACIDENTES OCORRIDOS EM RODOVIAS FEDERAIS

Levantamento revela que, no Brasil, os custos com acidentes chegaram a R\$ 9,73 bilhões em 2018, incluindo perdas de vidas e materiais.

Embora o número de acidentes no Brasil tenha caído, o País descumprirá a meta estabelecida pelo Plano de Ação Global para a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 2011. Nessa iniciativa, governos de todo o mundo se comprometeram a tomar novas medidas para prevenir acidentes no trânsito, que matam cerca de 1,25 milhão de pessoas por ano. O desafio agora é adotar medidas para o cumprimento da meta para a próxima década, cujos parâmetros estão sendo discutidos.

A ONU definiu as etapas para melhorias na segurança rodoviária, pediu mais rigor na legislação e sugeriu medidas que pudessem dar mais proteção aos grupos mais vulneráveis, como ciclistas e pedestres. A meta previa uma redução de 50% no número de acidentes até 2020. “No Brasil, esse percentual foi de apenas 25%, metade da meta, nas rodovias federais”, diz Jefferson Cristiano, coordenador de estatística e pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).



PLATAFORMA DIGITAL

A CNT lançou, este ano, uma plataforma digital interativa que avalia os acidentes ocorridos em rodovias federais no acumulado de 2007 a 2018. A pesquisa utiliza as bases de dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e lista as rodovias mais perigosas, o perfil dos motoristas, horário e tipo de acidente, permitindo o mapeamento dos locais e dos riscos. A plataforma também revelou que, no Brasil, os custos com acidentes chegaram a R\$ 9,73 bilhões em 2018, incluindo perdas de vidas e materiais.

O estudo aponta que o Brasil registrou 69.206 acidentes em rodovias federais, sendo 53.963 com vítimas, que resultaram em 5.269 mortes no ano passado. Isso equivale a 14 óbitos por dia e a 190 acidentes diários. São 82 acidentes com vítimas a cada 100 km. “Foram 192 mil acidentes em 2011, número que caiu para 69 mil em 2018, com queda de 64%. Mas, desde, 2014 a PRF deixou de fazer o registro dos acidentes sem vítimas”, esclarece.



“A CNT cruzou os dados da qualidade da infraestrutura com os acidentes. Onde há trechos precários, o número de acidentes é maior.”

Jefferson Cristiano, CNT

Marcelino Aurélio, professor de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ, observa que o acidente ocorre por falha humana ou pelas condições das vias, e as medidas para resolução dependem de cada local. “O Brasil é muito grande. As rodovias consomem muitos recursos para a manutenção e são pensadas para a logística, não para o indivíduo”, analisa.



INFRAESTRUTURA

Em comparação a outros países, o Brasil lidera em número de mortes: são 18 a 20 óbitos para cada 100 mil habitantes, índice registrado em países desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Canadá e Austrália, nos anos 1980. “Temos um atraso de 40 anos. Políticas públicas, educação no trânsito e investimento em infraes-



“O País reduziu o número de acidentes, mas não como resultado de uma política pública.”

José Aurélio Ramalho, ONSV

trutura ajudariam. A CNT cruzou os dados da qualidade da infraestrutura com os acidentes. Onde há trechos precários, o número de acidentes é maior”, comenta Cristiano da CNT.

Fernando Faria, sócio de infraestrutura da KPMG na América Latina, diz que o número de acidentes vem caindo, mas ainda há muito o que fazer. “Uma alternativa seria adotar metas de segurança nas concessões. É preciso sinalizar melhor as vias e investir em educação e na melhoria do transporte público”, sugere Faria.

Dentre as rodovias federais, a BR 116 e a BR 101 são as que mais matam no Brasil, pela grande extensão e por cortar áreas urbanas, explica Cristiano. Juntas, as duas rodovias concentram 24% das 5.269 mortes ocorridas em 2018. E também são as campeãs em registro de acidentes com vítimas, cerca de 30,4%.



“Uma alternativa seria adotar metas de segurança nas concessões. É preciso sinalizar melhor as vias e investir em educação e no transporte público.”

Fernando Faria, KPMG

OS NÚMEROS DO TRÂNSITO NO BRASIL

Colisão é o tipo mais comum de acidentes com vítimas no Brasil, com 60,1%, seguida de saídas de pista (14,9%) e capotamento/tombamento (11,3%). A maioria das mortes (61,3%) ocorreu em acidentes causados por colisão. As regiões Sudeste (16.556 ocorrências) e Sul (16.160) concentram as rodovias federais responsáveis por 30,7% e 29,9%, respectivamente, de todos os acidentes com vítimas ocorridos em 2018. Em seguida, estão Nordeste (21,3%), Centro-Oeste (11,9%) e Norte (6,2%).

Mas são as rodovias do Nordeste as que mais matam no Brasil: respondem por 33% das mortes ocorridas nas rodovias federais. Minas Gerais, que concentra a maior malha federal do País, com 8.854km, é o estado campeão em mortes e de acidentes nas rodovias federais. Em 2018, 693 pessoas morreram em 7.214 acidentes.

José Aurélio Ramalho, diretor-presidente do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), esteve em Moscou, representando o governo brasileiro como técnico, quando se discutia a Década de Redução de Acidentes de Trânsito – conta que o Brasil ocupava a terceira posição entre os países com mais mortes no trânsito, na época.

“O País reduziu o número de acidentes, mas não como resultado de uma política pública. A crise teve papel importante. Foi renovado o pacto da ONU para a década de 2020 a 2030, e novas propostas foram discutidas gerando 12 recomendações. Precisamos nos preparar”, afirma ele.

Criado em 2011, com o apoio da CNseg, o Observatório atua com estudos e pesquisas, divulgação de informação, educação e transformação de leis para dar mais segurança viária. Em 2014, criou o movimento Maio Amarelo, para redução de acidentes, adotado por mais de 30 países.



JUSTIÇA, O QUE É FAZER A COISA CERTA

Opinião | Roberto Santos

Vice-presidente da CNseg

“Recentemente, por indicação do meu filho, terminei de ler um livro extremamente interessante. Trata-se de “Justiça, o que é fazer a coisa certa”, de Michael J. Sandel, filósofo e professor da Universidade de Harvard. Na verdade, é o resumo de um curso pelo qual já passaram mais de 15 mil alunos. É um livro instigante que nos faz meditar a partir de situações contemporâneas, utilizando abordagens estimulantes, se o entendimento daquilo que parece ser moralmente correto é, de fato, o que seria justo, nos colocando diante de dilemas que questionam nossas convicções. Sem dúvida, um dos livros mais provocativos que já tive a oportunidade de ler. Recomendo!”

///Sinopse

Universidade de Harvard. O curso “Justice” é um dos mais populares e influentes de Harvard. Quase mil alunos aglomeram-se no anfiteatro do campus da universidade para ouvir Sandel relacionar grandes problemas da filosofia a prosaicos assuntos do cotidiano. São temas instigantes que, reunidos nesse livro, oferecem ao leitor a mesma jornada empolgante que atrai os alunos de Harvard: casamento entre pessoas do mesmo sexo, suicídio assistido, aborto, imigração, impostos, o lugar da religião na política, os limites morais dos mercados. Sandel dramatiza o desafio de meditar sobre esses conflitos e mostra como uma abordagem mais segura da filosofia pode nos ajudar a entender a política, a moralidade e também a rever nossas convicções.

Autor: Michael J. Sandel
Editora: Civilização Brasileira
10ª Edição - 2011



VIDAS DESPERDIÇADAS

Opinião | Solange Senese

Diretora executiva do Instituto Ação Pela Paz

“A CNseg apoia iniciativas de profundo interesse social, entre elas, a implantação do Instituto Ação Pela Paz, que tem a missão de reduzir a reincidência criminal no Brasil. O tema é sensível, pois poucos acreditam na recuperação das pessoas que passaram pelo sistema prisional. No entanto, muitos gostariam que isso acontecesse, tendo em vista a conquista de uma sociedade mais segura. Dessa forma, me ocorreu compartilhar com os leitores da Revista de Seguros uma obra do sociólogo Zygmunt Bauman, que nos convida a refletir sobre as escolhas e impactos da sociedade contemporânea. Preocupado com o ambiente em que vivemos, Bauman lança sua análise aguda e aprofundada em busca de recuperar uma perspectiva humanista do social.”

///Sinopse

Num ensaio sobre as transformações geradas pelo mundo globalizado, o autor fala sobre as pessoas excluídas e consideradas “refugos humanos”, como os refugiados e sem teto, que não conseguiram pular no carro do progresso em seus países. Bauman classifica a globalização como excludente e traiçoeira, já que sua consequência é a fome e o desemprego. Ele alega que as pessoas refugadas e o lixo consequente do consumismo impactam a segurança e mudança cultural, percebida nos atentados nos EUA em 11 de setembro. Dividido em quatro capítulos, a obra trata dos malefícios da modernidade, como o individualismo que afasta as pessoas do sentido humano e solidariedade, da depressão, web, distribuição demográfica desigual, escravidão das pessoas para manter seu cartão de crédito, fim das relações duradouras e a ascensão dos relacionamentos à distância.

Autor: Zygmunt Bauman
Editora: Zahar
1ª Edição - 2005

SUA PARTICIPAÇÃO MERECE UM MUITO OBRIGADA!

A **Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg)** agradece aos participantes pelos **130 projetos inscritos** no **Prêmio de Inovação em Seguros 2019**, a mais concorrida, entre as nove edições já realizadas.

Juntos, estamos promovendo a transformação para um setor de seguros mais moderno, inclusivo e inovador.



Faça agora a sua pré-inscrição.

Garanta a sua vaga no maior evento
do Mercado Segurador para as
Américas e Península Ibérica.

De 9 a 12 de maio de 2021
www.fidesrio2021.com

Bethe B. com



FIDESRio2021

O RIO
espera por
você!

Realização



CNseg

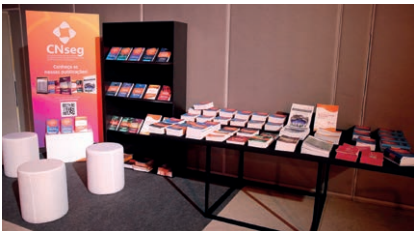
Confederação Nacional
das Seguradoras

AS NOVAS FRONTEIRAS DO DESENVOLVIMENTO

CONSEGURO
2019



Confira a cobertura completa da **CONSEGURO 2019** lendo o QRcode acima



CERIMÔNIA DE ABERTURA

Marcio Coriolano, CNseg
Solange Vieira, Susep
Paulo Pereira, Fenaber
Antonio Trindade, FenSeg
Jorge Nasser, FenaPrevi

João Alceu Amoroso Lima, FenaSaúde
Marcelo Farinha, FenaCap
Leandro Fonseca, ANS
Lucas Vergílio, deputado federal
Armando Vergílio, Fenacor

05

1ª CONFERÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE E DIVERSIDADE

PAINEL: “O seguro em um cenário de imprevisibilidade (econômica, ambiental e social)”

PALESTRANTES:

Butch Bacani, ONU
Denise Pavarina, TCFD

DEBATEDORES:

Solange Beatriz, CNseg
Fátima Lima, Mapfre
Laurindo Anjos, Itaú Unibanco
Fernando Malta, SITAWI

13

PLENÁRIA PRINCIPAL

PAINEL:

“Brasil — Já começa a dar certo”

PALESTRANTE

Solange Vieira, Susep

08

6º ENCONTRO NACIONAL DE ATUÁRIOS

PAINEL:

“Novo marco regulatório da capitalização”

PALESTRANTES:

César Neves, Susep
Renato Arena, Bradesco
Capitalização
Ricardo Santana, Santander
Capitalização

MODERADOR:

Carlos Alberto dos
Santos Corrêa, FenaCap

11

6º ENCONTRO NACIONAL DE ATUÁRIOS

PAINEL: “Economia Prateada”

PALESTRANTES:

Martin Henkel, SeniorLab
Sergio Duque Estrada, Aging 2.0

DEBATEDOR:

Eduardo Fraga, Susep

MODERADOR:

Celina da Costa Silva,
Brasilprev

14

PLENÁRIA PRINCIPAL

PAINEL “Um olhar sobre o mundo e sobre o Brasil”

PALESTRANTE:

Luís Roberto Barroso, STF

09

13º SEMINÁRIO DE CONTROLES INTERNOS

PAINEL:

“A Inteligência Artificial e os Processos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”

PALESTRANTES:

Clesito Fachine, UIF
Gustavo Dias, Susep
Ilene Najarian, CVM
Rafael Kozma, Porto Seguro

MODERADOR:

Alexandre Leal, CNseg

12

13º SEMINÁRIO DE CONTROLES INTERNOS

PAINEL:

“Compliance - Ética e Integridade”

PALESTRANTES:

Caco Barcellos, repórter e escritor
Richard Fonseca, UFF

MODERADOR:

Luis Gutierrez, Mapfre

15

PLENÁRIA PRINCIPAL

PAINEL

“Seguros - a economia digital ampliando suas fronteiras”

PALESTRANTE:

Gustavo Robichez, PUC-Rio

DEBATEDORES:

João Alceu de Amoroso Lima, FenaSaúde
Gabriel Portella, SulAmérica

MODERADOR:

Luiz Roberto Cunha, PUC-Rio

10

SUMÁRIO

1ª CONFERÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE E DIVERSIDADE

PAINEL:

“Como (e por que) Integrar a Diversidade nos Negócios”

PALESTRANTES:

Maria Helena Monteiro, ENS
Alice Merry, consultora financeira

DEBATEDORES:

Gabriela Ortiz, Caixa Seguradora
Patrícia Coimbra, SulAmérica
Vinicius Mercado, AIG

MODERADORA:

Ana Paula Santos, Care Plus

16

PLENÁRIA PRINCIPAL

PAINEL “Infraestrutura — o seguro na agenda para o crescimento”

DEBATEDORES:

Antonio Trindade, FenSeg.
Rodrigo Belloubé, Fenaber
Leonardo Bogusewzski, Junto Seguros
Renato Sucupira, BF Capital

MODERADOR:

George Vidor, economista e jornalista

17

PLENÁRIA PRINCIPAL

PAINEL:

“Educação — como preparar a sociedade em cenário de longevidade e de reforma da Previdência Social”

PALESTRANTES:

Naercio Menezes Filho, Insper
Leonardo Rolim, Ministério da Economia

DEBATEDORES:

Jorge Nasser, FenaPrevi
Marcelo Farinha, FenaCap
MODERADOR: George Vidor, economista e jornalista

18

6º ENCONTRO NACIONAL DE ATUÁRIOS

PAINEL: “Novas coberturas, rol de procedimentos e precificação em saúde”

PALESTRANTE:

Paulo Ferreira, Maravilha Atuarial Consultoria

DEBATEDORA:

Raquel Marimon, IBA
MODERADOR: Antônio Penteado Mendonça, advogado

19

6º ENCONTRO NACIONAL DE ATUÁRIOS

PAINEL: “Cobertura Intermitente”

PALESTRANTE:

Ronald Poon-Affat, SOA

DEBATEDOR: Gustavo Genovez, Mitsui Sumitomo Seguros

MODERADOR: Marcos Spieguel, presidente de comissão da CNseg

22

13º SEMINÁRIO DE CONTROLES INTERNOS

PAINEL:

“Análise de Riscos, Política de Compliance e Controles Internos”

PALESTRANTES:

Tatiana Aranovich, ANS
Vinicius Brandi, Susep

DEBATEDORES:

Simone Negrão, presidente de comissão da CNseg
Laurindo Anjos, presidente de comissão da CNseg
Luís André Blanco, presidente de comissão da FenaSaúde

MODERADORA:

Karini Madeira, CNseg

23

13º SEMINÁRIO DE CONTROLES INTERNOS

PAINEL:

“O papel de auditoria interna frente à Lei Geral de Proteção de Dados”

PALESTRANTES:

Fabrizio Mota, Comissão Europeia
Glauce Carvalhal, CNseg

DEBATEDOR:

Assizio Oliveira, LR Consultoria

MODERADOR:

João Decio, Brasilseg

20

9ª CONFERÊNCIA DE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

PAINEL:

“A regulação do futuro — como equilibrar a viabilidade econômica e a proteção do consumidor”

PALESTRANTES:

Fernando Meneguim, Senacon.
Leandro Fonseca da Silva, ANS
Rafael Scherre, Susep
Ricardo Cueva, STJ

DEBATEDORES:

Marcio Coriolano, CNseg
Filipe Vieira, PROCONSBASIL
Silas Rivelle, Seguros Unimed

MODERADOR:

Ricardo Morishita, professor de Direito do Consumidor

21

NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Debates da nona edição da CONSEGURO mostram que a indústria de seguros está no caminho certo, mas alguns desafios ainda precisam ser superados.

O ciclo virtuoso de crescimento do setor securitário é uma realidade inexorável, paradigma de que o mercado de seguros — um dos mais expressivos investidores institucionais do País, com ativos que equivalem a cerca de 25% da dívida pública — é de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Inserir-lo nas pautas públicas, como ocorre em centros desenvolvidos do mercado, é uma resposta necessária aos diversos investidores, sobretudo estrangeiros, que listam em suas estratégias a pujança do seguro no Brasil.

Esse contexto norteou o discurso dos dez principais porta-vozes do setor de seguros, incluindo executivos, autoridades regulatórias e um deputado federal, que compuseram a mesa de abertura da nona edição da CONSEGURO 2019, realizada nos dias 4 e 5 de setembro, em Brasília. Modernização do arcabouço regulatório, investimentos em tecnologia para novos produtos e redução de custos para levar o seguro à palma da mão do consumidor são alguns dos aspectos fundamentais para que esse crescimento do mercado seja ainda mais acentuado.



A modernização está, portanto, na ordem do dia. Titular da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Solange Vieira confirmou que empresas estrangeiras estão interessadas em atuar no País com a

oferta de produtos integralmente digitais, por meio da telefonia móvel, mas defendeu a adoção imediata de algumas ações na esfera pública. “Pretendemos discutir em Brasília toda a cobertura de proteção pública existente e se há espaço para ocuparmos uma fatia maior desses mercados, desonerando o Estado”, declarou.

Aliadas ao encaminhamento político da aprovação das reformas da Previdência e Tributária e do crescimento econômico, as afirmações da titular da Susep vêm ao encontro do que almejam representantes do setor de seguros. “Temos reiterado o mantra de que o setor de seguros tem muito a contribuir para a retomada do crescimento do Brasil em bases sustentáveis”, ressaltou o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Marcio Coriolano.



BARREIRAS A SUPERAR

Mas os desafios do mercado abrangem todos os segmentos do seguro, sem distinção. Embora os resultados das quatro Federações que representam o setor apontem para uma



“Temos reiterado o mantra de que a indústria nacional de seguros tem muito a contribuir para a retomada do crescimento do Brasil em bases sustentáveis.”

Marcio Coriolano, CNseg

indiscutível expansão de mercado, muitas barreiras ainda precisam ser superadas.

Durante a abertura da Conferência, o presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Antonio Trindade, citou como prioridades do segmento o estímulo ao crescimento do seguro de automóvel com produtos mais simples e preços acessíveis para a população. “Temos também na agenda o combate à distribuição de seguros pelas entidades sem regulação”, destacou.

Ao mencionar a importância da Saúde Suplementar, com R\$ 80 bilhões de faturamento, o presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), João Alceu Amoroso Lima, abordou desafios à altura de um setor que representa sozinho quase 40% das estatísticas apresentadas pela CNseg. “Nossos desafios são também os de todos os países no mundo, como o de financiar a saúde em tempos de longevidade. Viver mais é uma boa notícia, mas custa caro”, ponderou Lima, alertando para outros pon-

tos sensíveis, como a Atenção Primária; o combate à fraude e aos desperdícios e o fortalecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para que esta traga mais estabilidade aos contratos na esfera judicial e a todos os agentes do sistema.

Ao se manifestar na mesa de abertura, o presidente da ANS, Leandro Fonseca da Silva, mostrou que as aspirações da iniciativa privada são idênticas às do órgão regulador. “O objetivo é reduzir fardos regulatórios para contribuir com a retomada do crescimento”, ressaltou.

Os desafios para a longevidade e o planejamento para um futuro mais digno dos cidadãos foram também abordados pelo presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), Jorge Nasser. “A agenda da FenaPrevi é extensa e temos pressa para resgatar os fundamentos da previdência privada, com aperfeiçoamento constante e foco na inovação”, resumiu.

Para o presidente da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), Marcelo Gon-



çaves Farinha, o desafio ainda é fazer com que o brasileiro incorpore de vez a educação financeira em seu dia a dia, incluindo a capitalização nessa ampla cesta de poupança e proteção de bens. “Nos últimos anos, essa reserva permitiu ao brasileiro transitar por momentos de dificuldades. Se por um lado temos desafios, por outro temos a esperança renovada com a determinação de construir o futuro da capitalização”, declarou.



OTIMISMO EM RESSEGUROS

O resseguro é um importante apoio para as seguradoras ingressarem em riscos vultosos e também em novos mercados. Por isso, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber), Paulo Pereira, afirmou que o segmento acompanha o otimismo do investidor internacional: “A Fenaber acredita no governo atual, nas reformas, na chegada do capital estrangeiro. Vamos tirar do

papel os grandes projetos que o Brasil precisa para sustentar o crescimento”, sinalizou.

Presente à mesa de abertura, o deputado federal Lucas Vergílio garantiu que a Câmara manterá o debate sobre o mercado e que o evento se mostrou relevante para a discussão de temas que alavanquem o setor. “Temos uma grande oportunidade neste momento, com a interlocução da titular da Susep com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e isso convida todos a revolucionar o mercado”, assinalou.

Para o presidente da Fenacor, Armando Vergílio, os corretores de seguros buscam mais investimentos em tecnologia e inovação, porém, se deparam com um desafio no campo conceitual – o de superar a incompreensão que ainda existe sobre a atividade que exercem. “Não somos simples vendedores ou intermediários. Somos consultores que agregamos valor tanto para o cliente como para a seguradora. O corretor é um moderador e garantidor de qualidade nessa relação”, concluiu.



“A Fenaber acredita no governo, nas reformas e na chegada do capital estrangeiro. Vamos tirar do papel os projetos que o Brasil precisa para sustentar seu crescimento.”

Paulo Pereira, Fenaber

“O SEGURO DESONERA O ESTADO E ASSEGURA O BEM-ESTAR SOCIAL”

Titular da Susep, Solange Vieira define o setor de seguros como um dos principais investidores institucionais do País e aposta na difusão da apólice eletrônica no mercado.

O mercado segurador será marcado por quatro vertentes indispensáveis para seu desenvolvimento: tecnologia da informação, crescimento, inclusão social e disrupção. Quem acompanha o setor percebe os primeiros sinais desse cenário, descrito plenamente pela titular da Susep, Solange Vieira, na palestra “Brasil — Já começa a dar certo”, durante a CONSEGURO. “Essa base vai nos dar um grande impulso, e é isso que o setor precisa buscar”, afirmou.

Para enfatizar ao mercado a importância da tecnologia da informação, a Susep designou uma diretoria. “Todos nós estamos correndo para nos adaptar. A Susep, como todo órgão do Governo, tem limitações, mas estamos avançando. A apólice eletrônica é a tônica”, disse Solange.

Referindo-se à inclusão social, a titular da Susep destacou que a participação do seguro público é maior que a do privado. “Temos de rever isso, trazendo para a iniciativa privada proteções como o seguro desemprego e também parte dos que procuram o SUS por estar sem acesso à saúde suplementar”, ponderou.

Ela afirmou que não basta a Superintendência lançar o desafio de pensar em como os produtos privados, a exemplo do seguro desemprego e saúde, podem ser mais eficientes que os do Governo.



“Não adianta a Susep fazer a provocação, regulamentar, como fizemos com a circular que permite peças genuínas no conserto de automóveis para baratear o seguro, e o setor ficar temeroso de ofertar produtos. O Governo

está disposto a encolher, mas, para isso, tem de estar disposto a crescer e a correr riscos, e isso vale também para o seguro de crédito agrário e de exportação, uma pauta importante do Ministério da Economia”, pontuou.

Desde que chegou à autarquia federal, no início do ano, Solange já assinou três decretos e criou quatro diretorias. “Estamos avançando, como mostra a última normativa que aprova os seguros intermitentes. Ninguém tem dúvidas de que o setor é um dos principais investidores institucionais do País com reservas de R\$ 1 trilhão. Seguro é um instrumento muito importante. Se não funcionamos, o setor público se sobrecarrega. O seguro desonera o estado e assegura um maior bem-estar social, reconheceu Solange, para quem o setor precisa educar a população sobre risco.

A chefe da autarquia citou ainda duas ações de transparência para melhorar a concorrência. A primeira foi a divulgação de um ranking de fundos previdenciários, com as taxas cobradas pelas companhias, já disponível no portal da autarquia. A segunda, um quadro de reclamações de clientes contra seguradoras, que deverá ser publicado em 30 dias.

UM OLHAR PROSPECTIVO SOBRE O MUNDO E SOBRE O BRASIL

Para o ministro Luís Roberto Barroso, o admirável mundo novo, prometido pela revolução digital, nos leva a abrir mão de fazer escolhas e tomar decisões.

A revolução digital, a crise do modelo democrático e as mudanças climáticas no âmbito global – ao lado de uma tempestade política, econômica e ética encerrada em 2018 no Brasil, mas com efeitos presentes ainda hoje – estão entre as questões definidoras de nosso tempo, ainda que não guardem conexão entre si. Mesmo assim, representam diretrizes importantes, ao lançar “Um olhar sobre o mundo e sobre o Brasil”, tema da palestra apresentada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, na CONSEGURO.

Para o ministro, a revolução digital mudou rotinas, do modo de comprar passagens a fazer pesquisa acadêmica; criou nova semântica e comportamentos. “Nós vivemos uma época de profunda transformação. Há um conjunto de inovações que cria o admirável mundo novo, da nanotecnologia, computação quântica à internet das coisas. A inteligência artificial começa a tomar decisões em nosso lugar, e abrimos mão de fazer escolhas. E esta transformação é também arriscada”, pontuou.

A biotecnologia cria inovações boas e preocupantes, como o risco de comércio de órgãos, o que é proibido, afirmou o ministro. A engenharia genética gera esperanças de curar doenças genéticas, mas aumenta o risco da eugenia, que ampliaria o abismo da desigualdade. O admirável mundo novo ameaça esvair a privacidade, nosso bem maior, porque nossos interesses são conhecidos pelos provedores”, assinalou.

Outro tópico refere-se à crise na democracia de modo geral, que convive com uma onda conservadora em todo mundo, gerando recessão democrática consagrada pelo voto popular, com a concentração de poderes no Executivo em várias partes do mundo. Entre as causas desse fenômeno global, há um sistema de representação que não dá

voz à cidadania e aos problemas econômicos, como recessão, colocando a democracia em xeque em diversas partes do mundo.

No plano doméstico, o Brasil precisa reconhecer erros de políticas públicas consagradas pelos grupos que ascenderam ao poder nas últimas décadas e trataram a coisa pública com desleixo ou a favor de elites. “Investimentos insuficientes ou inadequados em educação básica impedem que a vida das pessoas seja mais iluminada e também afetam a produtividade. Criamos um estado grande demais e uma economia fechada por muitas décadas. Mas como diversos grupos se alternaram no poder, ninguém pode apontar o dedo para ninguém”, afirmou Barroso.

Na opinião do ministro, a sociedade não tolera mais a inaceitável corrupção dos agentes públicos ou privados, enquanto as empresas estruturaram mecanismos de compliance, algo que poderá permitir ao País romper a armadilha da renda média, se houver padrões éticos verdadeiros daqui para frente, em um lento, mas efetivo, avanço civilizatório.



A TRAJETÓRIA DE RISCOS PARA A ECONOMIA DIGITAL DO SETOR SEGURADOR

As seguradoras deverão continuar experimentando soluções e incorporando erros e acertos a seu modelo de negócios.

Não há dúvidas de que o mercado terá de ser assertivo na construção de seu ecossistema digital. Afinal, há bastantes fatores críticos nessa trajetória de transformação, como mudanças no comportamento do consumidor, demográficas, de riscos e itens segurados, novos competidores etc. O legado de ações para as empresas que avançam no campo digital é o que de melhor pode ser extraído do painel que discutiu justamente a ampliação das fronteiras a partir da economia digital.

Durante o painel “Seguros – a economia digital ampliando suas fronteiras” houve dinâmica em grupo, com a realização de duas enquetes instantâneas, a fim de identificar os fatores mais relevantes na marcha digital de seguros, permitindo aos participantes escolher medianas para construir seu ecossistema.

Para Gustavo Robichez, professor da PUC-Rio, o digital servirá de liga para refundar o mercado – o meio físico, porém, não poderá ser

esquecido, porque a sociedade parece preferir a mistura dos dois para seu atendimento. A Amazon é um exemplo clássico.

O caminho digital, porém, não é um porto seguro. As empresas do mercado, segundo algumas apostas, deverão incorporar à rotina operacional a Ciência de Dados, *blockchain* e Internet das Coisas, entre outras tecnologias. E, mais uma vez, ousar e ter espaço para testar tecnologias e processos inovadores, reforçou Robichez.

A tecnologia é muito bem-vinda, os riscos existem, mas o principal desafio para todos será compreender as mudanças do consumidor estimuladas pelo amplo acesso ao mundo digital. Outra questão relevante é como as seguradoras planejam preparar os consumidores para conviver com este mundo de transformação ininterrupta, acrescentou Gabriel Portella, presidente da SulAmérica.

A celeridade do marco regulatório é outro capítulo relevante, assinalou João Alceu de Amoroso Lima, presidente da FenaSaúde. Há um

mundo novo a ser trilhado definitivamente pelo mercado segurador em busca de um crescimento mais substancial nas próximas décadas, na avaliação do economista Luiz Roberto Cunha, decano da PUC-RJ, moderador do painel. Enfim, um futuro que inclui presença da Inteligência Artificial, dúvidas e reflexões sobre desenvolvimento de modelos de negócios cada vez mais complexos.

O certo é que o mercado do futuro será inteiramente diverso do atual, devendo contar com robôs na sua venda, subscrição concluída em minutos, seguro para carros autônomos e muito provavelmente *gap* de renda para adquirir todos os produtos necessários. A conferir.



SUSEP PREVÊ CRESCIMENTO RECORDE DE CAPITALIZAÇÃO EM 2019

Faturamento do segmento, que deverá ser de R\$ 24 bi, e novo marco regulatório foram as principais pautas de painel do 6º Encontro Nacional de Atuários.

O mercado de capitalização tem projeções positivas de crescimento para 2019. Segundo o coordenador-geral da Susep, César Neves, a estimativa é de que o segmento atinja, neste ano, faturamento de R\$ 24 bilhões. Nos últimos cinco anos, a receita não ultrapassou os R\$ 20 bilhões.

As projeções otimistas, destacou Neves, são efeito do novo marco regulatório para títulos de capitalização, estabelecido, em 2018, pela Susep, por meio das Circulares 569 e 576. A nova normativa foi tema de painel “Novo marco regulatório da capitalização”, do 6º Encontro Nacional de Atuários, realizado paralelamente à CONSEGURO.

Desde abril deste ano, o mercado de capita-

lização opera de acordo com o novo marco regulatório, que aprimorou as modalidades clássicas de título, como a tradicional e a popular, e criou duas novas modalidades, o Instrumento de Garantia e a Filantropia Premiável.

Para o gerente de departamento da Bradesco Capitalização, Renato Arena, o Instrumento de Garantia mostrou-se um “produto transparente e fácil de ser entendido” e ganhou segurança jurídica com a normatização da Susep. “É um produto flexível, que se encaixa em qualquer operação financeira, seja um empréstimo, uma locação de imóvel, seja até para as licitações do Governo, em grandes obras que exigem garantias”, pontuou.

Os novos produtos, comercializados desde abril, apresentam números atraentes. Are-

na destacou que o Instrumento de Garantia, em três meses de comercialização (abril, maio e junho), arrecadou R\$ 313,3 milhões. No mesmo período, a Filantropia Premiável arrecadou R\$ 307,3 milhões. “Os produtos podem, sim, contribuir muito com o desenvolvimento do País”, asseverou.

Diretor-executivo da FenaCap e moderador do painel, Carlos Alberto dos Santos Corrêa contou que, no processo de formulação do novo marco regulatório, existia uma proposta para acabar com o produto. “Nós buscamos, a quatro mãos, construir algo que veio ao encontro do interesse do consumidor, e está aí o exemplo nas vendas nesses três meses de comercialização”, afirmou.

Para Ricardo Santana, atuário da Santander Capitalização, o combate à pirataria é um dos desafios a serem enfrentados pelo setor. Como explicou no painel, existe um mercado informal de sorteios que pode trazer consequências para a credibilidade do segmento da capitalização. “O mercado de capitalização cresceu, se estruturou e é bastante sólido. A sociedade percebe a capitalização com bons olhos. As empresas de capitalização precisam atacar esse tema como também o nosso regulador”, concluiu.



SEGURANÇA EM BITS E BYTES

Inteligência artificial traduz caminho eficiente para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, concluem especialistas na CONSEGURO.

A Unidade de Inteligência Financeira (UIF), órgão vinculado administrativamente ao Banco Central e que, até agosto deste ano, chamava-se Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), registrou nos últimos anos um aumento de 140% na comunicação de suspeitas de lavagem de dinheiro. Para o coordenador-geral de Gestão da Informação da UIF, Clesito Fechine, o uso da inteligência artificial (IA) abre uma infinidade de possibilidades para aperfeiçoar os processos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, cuja sigla no campo jurídico é PLD/FT.

“Isso foi o principal motivador para buscarmos o uso da tecnologia. Utilizando o processamento de dados e gerando variáveis, podemos identificar com mais eficiência a possibilidade de lavagem de dinheiro. Quem não estiver usando essa tecnologia vai ficar para trás”, afirmou Fechine, que integrou o painel “A Inteligência Artificial e os Processos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.”

O coordenador da área de Análise de Práticas de Mercado da Susep, Gustavo Dias, foi enfático em relação ao uso da IA no combate à lavagem de dinheiro: “As empresas têm apenas agora para experimentar a tecnologia e corrigir o que deve ser corrigido. Quem não fizer isso, não conseguirá mais e ficará de fora.”



Dias ressaltou que a Superintendência passou por alterações profundas e abriu novos caminhos. Uma das principais mudanças foi que a área de tecnologia da informação da autarquia “saiu debaixo da administração e agora está ligada diretamente à Superintendência”. Para ele, quando se adota um modelo que identifica padrões suspeitos, o próprio sistema consegue fazer uma análise de dados mais eficiente.

A procuradora federal especializada da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ilene Najarian, foi categórica ao afirmar que os criptoativos (ativos virtuais protegidos por criptografia e presentes em registros digitais) chegaram para ficar. “A adoção desse recurso

é um desafio a mais no combate à lavagem de dinheiro. Hoje, o ideal seria monitorar o cliente”, ressaltou Ilene.

A tendência, explicou a representante da CVM, é que as seguradoras produzam suas criptos e se preparem para a “tokenização”. “A cripto vai chegar ao setor de seguros talvez mais rápido do que se imagina”, vaticinou.

Detectar uma operação com indícios de lavagem de dinheiro não é uma tarefa simples, mas, para o superintendente da Porto Seguro, Rafael Kozma, o uso da inteligência artificial trouxe uma nova dinâmica no processo de PLD/FT. “O crime evoluiu, e se a gente continuar com regras estáticas, vamos nos perder no tempo”, concluiu Kozma.

BRASIL DESTACA-SE NOS PRINCÍPIOS PARA A SUSTENTABILIDADE EM SEGUROS

Setor se sobressai diante da forte tendência mundial voltada para a garantia da diversidade e a sustentabilidade no ambiente de negócios.

Muitos fatores colocam em risco a saúde e a economia das nações ao redor do mundo. Atento a esse cenário, o setor de seguros no Brasil é o que mais se destaca globalmente nos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, sigla em inglês), Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio Ambiente. “O PSI, que nasceu no Brasil em 2012, está moldando a agenda global de sustentabilidade em seguro”, disse o líder do programa, Butch Bacani, durante a 1ª Conferência de Sustentabilidade e Diversidade da CONSEGURO.

Ele destacou a importância da sustentabilidade também para os setores reguladores, governos e sociedade. Nesse cenário, os compromissos assumidos pelas seguradoras podem promover mudanças estruturais com foco na avaliação dos riscos, reduzindo prejuízos causados por má gestão e falta de planejamento sobre riscos futuros.

Integrante da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), Denise Pavarina falou sobre o risco financeiro que as empresas correm devido a mudanças climáticas e à transição para uma economia de baixo carbono. “Nosso papel é disseminar informações para que as empresas adotem as recomendações. Hoje, há 833 empresas que aderiram, mas queremos chegar a um número bem mais expressivo em cinco anos”, destacou.

A diretora de Relações de Consumo e Comunicação da CNseg, Solange Beatriz Palheiros Mendes, se disse otimista com as propostas do PSI e do TCFD, pois o setor abraçou a causa de imediato. Já a superintendente da Susep, Solange Vieira, disse que, como órgão regulador, a autarquia irá se aprofundar na questão.

Para a diretora da Mapfre, Fátima Lima, é importante ir além e fomentar a consciência da sociedade sobre a exposição a todos os riscos ambientais.



“Focar a questão socioambiental no setor de seguros é fundamental para integrá-la à estratégia de negócio da empresa”, afirmou, acrescentando que 60% das empresas do mercado afirmaram integrar questões ambientais, sociais e de governança em seus planejamentos estratégicos.

Para Laurindo Anjos, gestor de Riscos do Itaú Unibanco, é preciso atuar e catequizar as empresas com relação ao PSI e ao TCFD. “Essas iniciativas são pilares necessários para que as questões de ASG comecem a permear de fato a cultura de cada instituição”.

Fernando Malta, consultor sênior da SITAWI, falou sobre o trabalho que a Febraban fez em 2018 para avaliar o nível de maturidade das instituições financeiras em relação ao TCFD. Segundo ele, 30% dos bancos mal tinham ouvido falar, e metade já tinha conhecimento, mas sem qualquer planejamento para ingressar o TCFD internamente. O material foi uma ferramenta de sensibilização para analisar a exposição da carteira dos bancos às mudanças do clima. “São informações capazes de apontar os riscos provocados por estiagem na produção agrícola, por exemplo”.

A FORÇA E O PODER DA TERCEIRA IDADE

Pessoas com 60 anos ou mais no Brasil registram renda anual estimada em R\$ 940 bilhões. É a chamada “Economia Prateada” que segue em franca expansão no mundo todo.

Elas têm 60 anos ou mais. Respondem por 23% do consumo de bens e serviços e têm renda anual em torno de R\$ 940 bilhões. Realidade tão pujante dessa fatia populacional do Brasil desperta cada vez mais a atenção do mercado e até nome já recebeu para diferenciá-la de outros consumidores.

Hoje, não há como negar a relevância da “Economia Prateada”, tema de painel da CONSEGURO. Martin Henkel, fundador da SeniorLab, recorreu a um estudo da Universidade de Stanford (EUA), que aponta ser a mudança no estilo de vida e hábitos das pessoas responsável por 53% do aumento da expectativa de vida. A SeniorLab, empresa que mantém sede na cidade de São Paulo, tem o objetivo de ajudar marcas, produtos e serviços a entender, atender, conquistar e

vender ao consumidor sênior com a melhor experiência do cliente 60+.

“Vejam que 51% dos 60+ dizem que sua idade é uma como qualquer outra, 31% desejam ser pessoas comuns e 73% se sentem mais jovens do que a idade cronológica”, comentou o empresário, citando uma pesquisa nacional realizada pela própria SeniorLab.

Representante desde 2017 do núcleo paulista da Aging 2.0 — comunidade interdisciplinar e intergeracional fundada em 2012, em São Francisco (EUA), e presente em 20 países —, Sergio Werther Duque Estrada frisou, porém, que governos da Europa e dos Estados Unidos se aproximaram do setor privado para introduzir no mercado a crescente população idosa.

“Na França, por exemplo, existe um grupo formado por empresários e representantes

dos Ministérios da Saúde e da Economia voltado para criar soluções para os 60+”, citou o representante da Aging 2.0.

Eduardo Fraga, diretor da Susep, destacou, contudo, que o principal desafio para esse segmento em relação ao mercado de seguros é a decisão de adquirir uma renda ou converter seu patrimônio em renda. “Essa é uma questão difícil em qualquer lugar do mundo, permeada por muitos fatores. É preciso criar incentivos para transformar o patrimônio em renda. Outro aspecto importante é simplificar e, em alguns casos, customizar. Se é difícil de entender, o consumidor não vai comprar”, ponderou.

Henkel lembrou que os 60+ totalizam 31,5 milhões de pessoas no Brasil, o equivalente à população dos três estados da Região Sul. Estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de que o País teria 30 milhões de idosos até 2025, mas esse número foi identificado bem antes, em 2017. Até 2050, o Brasil deverá ser o quarto país do mundo com o maior número absoluto de idosos.

“De acordo com o IBGE, as mulheres com 60 anos ou mais já são 15,6 milhões, enquanto as meninas na faixa etária de zero a nove anos são 14,3 milhões”, concluiu o membro da SeniorLab.



ÉTICA, PRINCÍPIO DO RESPEITO E DA IGUALDADE

Como as corporações podem contribuir para banir do mercado a cultura da desigualdade, que subtrai a ética da prioridade humana? Algumas respostas pautaram painel da CONSEGURO.

Como estamos verdadeiramente empregando a ética no mercado? Como conciliá-la com o lucro das organizações? Esses foram alguns dos questionamentos fomentados no painel “Compliance, Ética e Integridade”, integrado ao 13º Seminário Controles Internos & Compliance, Auditoria e Gestão de Riscos, na CONSEGURO, em Brasília.

Os palestrantes apontaram dilemas e conflitos complexos envolvendo a ética. O jornalista Caco Barcellos questionou a desigualdade social do Brasil, um dos países mais violentos do planeta, com 65 mil pessoas mortas por ano. “Somos economicamente um país injusto, com 71 mil pessoas endinheiradas e 107 milhões de pessoas na linha da pobreza. Nesse sentido, falar de ética é algo importante como um caminho para tentar mudar tal desigualdade”, assinalou.

Mas, afinal, como as corporações podem contribuir para banir do mercado a cultura da desigualdade, que subtrai a ética da prioridade humana? Para o professor de Ética da Universidade Federal Fluminense (UFF), Richard Fonseca, a ética é a espinha dorsal de programas de *compliance* e de integridade e precisa ser estimulada por líderes. Para endossar seu comentário, o professor mencionou



o livro do economista Eduardo Gianetti da Fonseca (*Vícios privados, benefícios públicos*) que relaciona a ética da economia de mercado ao crescimento econômico.

Fonseca ressaltou que a ética surge a partir de problemas na humanidade, que se refletem nas empresas. “Em qualquer conversa de botequim ou mesmo em uma organização, se perguntarmos como está o Brasil, todos vão dizer que está ruim em consequência da corrupção. Mas, se perguntarmos se a pessoa é corrupta, ela vai dizer que não. Ou seja, o brasileiro é sempre o ‘outro’, não ‘eu’, o que requer mais consciência e entendimento da cultura social e empresarial”, avaliou, acrescentando: “As regras das empresas têm de valer para todos,

inclusive para aqueles que são contratados, sejam eles agentes públicos ou privados.”

Todos concordaram, entretanto, que o papel do líder é fundamental para determinar a cultura da empresa. Um dos conselhos do mediador do painel é ter líderes que inspirem. “Líderes viram farol para o bem e para o mal. Temos de ser coerentes. Pensar e falar a mesma coisa, com atitudes que reflitam a nossa verdadeira fala. Cada um de nós é responsável por criar um sistema sob bases éticas”, sentenciou Gutierrez. O jornalista e escritor Caco Barcellos concordou com o comentário do mediador, afirmando que a credibilidade “não se constrói com um furo jornalístico, mas com a ética”.

MERCADO JUSTO SE CONSTRÓI COM RESPEITO À DIVERSIDADE

Políticas de inclusão por gênero, raça ou orientação sexual precisam ser aceleradas no setor. Painel apresentou terceira edição do estudo “Mulheres no mercado de seguros no Brasil”.

O painel “Como (e por que) Integrar a Diversidade nos Negócios” emitiu um recado enfático: é preciso acelerar políticas de inclusão por gênero, raça ou orientação sexual, pois, caso contrário, o processo de representatividade nas corporações continuará a se arrastar, podendo colocar o próprio negócio em risco.

“As empresas não podem ficar de fora e precisam ter um ambiente inclusivo. Isso é essencial. Não é só mais uma questão social, mas, sobretudo, econômica”, advertiu a coordenadora do GT de Diversidade e Inclusão da CNseg e diretora jurídica da Care Plus, Ana Paula de Almeida Santos, moderadora do painel. “Quanto mais diverso é um grupo, mais soluções inovadoras são encontradas”, disse Patrícia Coimbra, presidente da Comissão de RH da CNseg.

Divulgada na CONSEGURO, a terceira edição do estudo “Mulheres no mercado de seguros no Brasil”, com indicadores de 2018 e a cargo da diretora de Ensino Técnico da Escola Nacional de Seguros (a atual Escola de Negócios e Seguros - ENS), Maria Helena Monteiro, e do economista Francisco Galiza, mostrou que as mulheres são maioria no quadro funcional do mercado segurador (55%) e ocupam cada vez mais cargos de chefia. Po-

rém, com a remuneração ainda inferior à dos homens, na faixa de 71%.

“Podemos comemorar a redução das desigualdades no período de seis anos, mas há um longo caminho a percorrer para mudar esse quadro”, lembrou Maria Helena, ao mostrar no painel os principais dados da pesquisa que envolveu 23 grupos seguradores, responsáveis por 80% da receita do mercado.

Outra boa notícia é que 44% das empresas participantes da pesquisa da ENS informaram manter programas de igualdade de gênero. O estudo tem 50 páginas e está disponível no portal da instituição de ensino.

Consultora de inclusão financeira e apresentadora do podcast *Finance Feminist*, Alice Merry pediu mais engajamento das seguradoras no combate ao abuso econômico cometido contra as mulheres por seus parceiros. Já a diretora-presidente da Caixa Seguradora, Gabriela Ortiz, há três

anos no comando da companhia, diz não pensar na sua condição de mulher enquanto trabalha, mas afirma que o grande número de mulheres em algumas modalidades de seguros, como previdência, reforça os sinais de que a percepção feminina pode fazer a diferença.

Durante sua exposição, o subscritor sênior da AIG, Vinicius Mercado, relatou ações da seguradora multinacional para proteger minorias mais expostas a riscos de ódio, como LGBT. Em parceria com a associação internacional LGBT, a seguradora criou uma cartilha para indicar os locais em que elas mais correm riscos em viagens internacionais, mantendo um *call center* para atendê-las em casos de incidente. A seguradora também avalia políticas de diversidades desses clientes e afere taxas diferenciadas, o que é um claro indicativo de que a discriminação pode custar cada vez mais caro ao negócio.



QUANDO A GARANTIA DE FINALIZAÇÃO DAS OBRAS ESTÁ NO SEGURO

Como as corporações podem contribuir para banir do mercado a cultura da desigualdade, que subtrai a ética da prioridade humana? Algumas respostas pautaram painel da CONSEGURO.

Em meio a um cenário de incertezas, a resposta para recuperação do setor de infraestrutura pode estar na aproximação entre investidores e seguradoras. Ao ofertar garantias que atraíam o investidor para projetos com risco e/ou retorno mais interessantes e protegidos, o setor segurador mostra-se essencial para a área de infraestrutura no País, cujos indicadores apontam para um flagrante recuo de investimentos, sobretudo estrangeiros, nos últimos anos. Esse cenário foi um dos temas debatidos no painel “Infraestrutura — o seguro na agenda para o crescimento”.

Destravar os investimentos em infraestrutura não tem sido tarefa fácil para o mercado. Com base em estudo do Banco Mundial, o jornalista George Vidor, mediador do painel, pontuou que, em tempos áureos, o Brasil chegou a investir 5% do PIB em obras. Hoje, calcula-se que esse indicador tenha recuado para menos de 1%. Esse cenário, como des-

taca o estudo, é fruto de questões regulatórias complexas, intervenção estatal, falta de segurança jurídica e de planejamento, entre outros fatores.

Para que o seguro garantia possa ajudar a reverter o contexto de incertezas na área de infraestrutura, hoje marcado pela paralisação de 14 mil obras no País, é preciso intensificar o diálogo do setor privado (como investidor) com as seguradoras. “No Brasil, ou se faz tudo público ou tudo privado; ou não se faz nada. É preciso intensificar o diálogo e o gerenciamento de riscos para que cada parte assuma suas responsabilidades e, assim, possamos avançar na infraestrutura”, disse Leonardo Bogusezowski, CEO da Junto Seguros.

Esse diálogo deve acontecer logo, sobretudo porque o projeto de lei (PL 1.262/95), que trata de mudanças na Lei de Licitações, já aprovado na Câmara, aguarda apreciação final no Senado. O PL deter-

mina que obras acima de R\$ 200 milhões façam seguro para garantir até 30% do valor inicial do contrato. Sendo assim, caso não seja possível a retomada do empreendimento, é preciso pagar a indenização.

“O credor quer proteção e vai buscar garantias para reduzir o custo do capital e validar a entrega do projeto. São capitais de longo prazo e financiamentos baseados na garantia” defendeu Renato Sucupira, presidente da BF Capital.

Para Antônio Trindade, presidente da Fen-Seg, o impasse em torno do percentual ideal pode ser contornado pelo edital de licitação “Ganha quem oferecer o seguro mais completo. Se o contratante quiser 5% ou 10%, pode ser que as seguradoras não tenham apetite”, disse, indicando que a autorregulação entre os *players* seria o ponto de equilíbrio para tamanho desgaste.

Rodrigo Belloube, diretor da Fenaber, reconhece que há oferta abundante de capital no mundo para o País, mas que algumas exigências precisam ser cumpridas. “O Brasil tem de se alinhar com práticas internacionais, evitando elementos heterodoxos, para que seguro e resseguro sejam mais atraentes e relevantes na estruturação de garantias”, concluiu.



O DESAFIADOR ENVELHECIMENTO NO BRASIL

Financiar velhice torna-se realidade entre brasileiros, mas ainda há parcela da população que precisa educar-se para a longevidade.

Mitigar os riscos do próprio envelhecimento, gerados pelo fenômeno da longevidade ou por benefícios menos generosos, após a conclusão da reforma da Previdência, ainda não está verdadeiramente no radar de significativa parcela de brasileiros. Ponto. Mas é fato: poupar terá de fazer parte da rotina de todos nas próximas décadas, considerando-se o papel secundário que vai assumindo um Estado provedor cada vez mais desfigurado por dívidas e sem capacidade de proteger e amparar. A educação — a formal, primeiro; a financeira, depois — será um gatilho para preparar as diversas gerações na construção de um futuro mais seguro.

Esse tema foi recorrentemente debatido no painel “Educação — como preparar a sociedade em cenário de longevidade e de reforma da Previdência Social”. Economista e jornalista George Vidor, mediador do painel, destacou que os planos de previdência terão participação mais ativa após a reforma da Previdência Social.

O professor Naercio Menezes Filho, do Insper, detalhou como a evolução da expectativa de vida e as falhas da educação no Brasil, principalmente na questão de avanço da produtividade, empurram cada vez mais jovens para o mercado informal ou para atividades por conta própria, reduzindo uma fonte de receita importante para a Previdência Social. “Mesmo com gastos que triplicaram por cada aluno do ensino fundamental entre 2000 e 2014, não houve efeito na produtividade, estagnada há três décadas”, lembrou Menezes Filho.

Como ponderou o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, a reforma da Previdência tornou-se prioritária porque o País caminha para estar entre as dez na-



ções mais envelhecidas do mundo até o fim do século, e as despesas hoje já equivalem a de países maduros. “Antes um dos países mais jovens do mundo, o Brasil agora mudou sua trajetória e estará entre os dez mais envelhecidos do mundo. E, ao contrário da Europa, estamos envelhecendo antes de enriquecer. Teremos de ficar ricos após envelhecer, o que é desafio mais complexo”, assinalou Rolim.

Jorge Nasser, presidente da FenaPrevi, apontou os planos de previdência entre as soluções para atenuar riscos de um envelhecimento sem qualidade de vida, mas fantasias de parte da população terão de ser destruídas, já que ainda há pessoas que acreditam que o Estado vai operar um milagre e pagar 20 salários quando se aposentarem no regime geral.

Para Marcelo Farinha, presidente da FenaCap, os trabalhadores não poderão poupar todos os excedentes para a aposentadoria e, para realização de sonhos, poderão comprar títulos de capitalização adequados a seus objetivos.

A COMPLEXA PRECIFICAÇÃO DO SEGURO SAÚDE

Formação de preço justo pressupõe um número considerável de sinistros e que as estimativas tenham uma razoável credibilidade estatística.

Chegar a um preço justo no seguro saúde é uma operação complexa que envolve uma série de riscos. O tema norteou o debate do painel “Novas coberturas, rol de procedimentos e precificação em saúde”, no 6º Encontro Nacional de Atuários, que ocorreu paralelamente à CONSEGURO.

Sócio da Maravilha Atuarial Consultoria, Paulo Ferreira falou sobre o desafio na busca por uma precificação justa para o seguro saúde, principalmente “por restrições” da própria legislação, que “protege demais” o segurado e “impõe regras” que podem tornar o produto “imprecificável”.

Diante disso, como obter, portanto, um preço justo? Ferreira mostrou o caminho das pedras: “É necessário levar em consideração todas as limitações legais, técnicas e mercadológicas que envolvem o seguro saúde”, disse ele.

O executivo assinalou que o processo de precificação pressupõe um número considerável de sinistros e que as estimativas tenham uma razoável credibilidade estatística. Nesse contexto, é preciso que seja atendida a chamada “Lei dos Grandes Números”, considerada a essência do seguro.

“Sem credibilidade estatística não vai haver precificação justa. O carregamento de segurança é um elemento fundamental no processo de precificação. Sem ele, as indenizações são estimadas simplesmente pela média dos sinistros passados, o que, em longo prazo, levará certamente à ruína da operadora”, ressaltou.

A diretora do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), Raquel Marimon, ressaltou que o maior desafio é projetar quanto será preciso reajustar com o impacto das novas coberturas e procedimentos determinados pela ANS. “Temos que entender quanto é a ampliação de cobertura que está sendo proposta”, enfatizou.

Para Raquel, compreender a frequência e o custo é essencial para o atuário. Ela ressaltou também a importância da Coordenação do Cuidado. “Nas operadoras que implantaram essa coordenação, a queda de sinistros foi significativa”, afirmou.

Sócio do escritório Penteado Mendonça e Char Advocacia, Antônio Penteado Mendonça, moderador do painel, sugeriu um movimento de consolidação no mercado e alertou para a autogestão: “Diante da enorme volatilidade desse setor, a melhor coisa que a autogestão pode fazer é deixar de ser autogestão e buscar uma seguradora”, concluiu.



OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A lei que entra em vigor em agosto de 2020 foi ponto de um dos debates do 13º Seminário de Controles Internos & Compliance.

Os desafios do mercado de seguros diante da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil foram discutidos no 13º Seminário de Controles Internos & Compliance - Auditoria e Gestão de Riscos, que ocorreu durante a 9ª CONSEGURO. Inspirada na General Data Protection Regulation (GDPR), da União Europeia, a Lei nº 13.709/2018 inaugura uma nova realidade para o tratamento de dados pessoais no Brasil.

“As mudanças não só ocorrem em termos jurídicos, mas, sobretudo, em aspectos culturais e comportamentais”, pontuou Fabrício Mota, consultor da Comissão Europeia e ex-assessor parlamentar do Senado Federal. “A LGPD não é um fator impeditivo no tratamento dos dados e não quer dificultar os negócios, apenas propõe uma nova visão de segurança para o titular dos dados”, afirmou.

Para ele, apesar de a lei só entrar em vigor em 2020, a cultura jurídica de proteção de dados já está presente. Mota relatou a aplicação de duas multas, pelo Procon-SP, ao Google e à Apple, por comercializarem o FaceApp, um software russo de reconhecimento facial. A ação movida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) avaliou que a política de privacidade do aplicativo é obscura, o que justificou a aplicação das sanções.

Na opinião de Glauce Carvalhal, superintendente jurídica da CNseg, a LGPD é uma lei complexa, mas extremamente necessária. Ela listou uma série de desafios da LGPD que devem ser observados pelo mercado de seguros, especialmente os que tratam das bases legais para tratamento e compartilhamento de dados, com destaque para as regras que vedam a discriminação e o compartilhamento de dados na saúde suplementar, sem o consentimento do titular, e o livre acesso dos dados pelo titular.



“Temos que dar acesso ao titular, mas evidentemente cotejando com o segredo comercial e empresarial, algo que a própria lei protege. Precisamos debater como liberar a informação para o segurado, mas garantindo também os direitos das seguradoras”, argumentou.

Assizio Oliveira, consultor da LR Consultoria, afirmou que os setores de auditoria interna não devem aguardar a entrada em vigência da lei para entrar em ação. “Não há nenhuma necessidade de se esperar uma regulamentação da lei pela autoridade para que comecemos a atuar. A hora é agora”, enfatizou. “A auditoria interna não deve impedir que os negócios sejam feitos exatamente por causa dessa lei”, acrescentou.

Moderador do painel, João Decio, coordenador do Comitê de Auditoria da Brasilseg, informou que a União Europeia analisou os impactos pecuniários da lei após um ano de sua implantação, contabilizando 59 milhões de euros em multas aplicadas a empresas europeias por descumprimento da legislação. Desse total, 50 milhões de euros correspondiam a uma única infração, a do Google, na França. “O que deve preocupar as empresas em um primeiro momento não é a multa pecuniária, mas a transparência com o cliente”.

EM BUSCA DA REGULAÇÃO IDEAL PARA AS RELAÇÕES DE CONSUMO

Debate sobre a compatibilização e sustentabilidade do mercado de seguros norteou as discussões do painel

Indiscutivelmente um dos principais desafios do setor securitário brasileiro na atualidade, o equilíbrio entre as demandas do consumidor e a saúde financeira das seguradoras, em um contexto de flexibilização das regulações, para ampliar ofertas de serviços de proteção à população foi um dos principais debates da CONSEGURO 2019.

No painel “A regulação do futuro — como equilibrar a viabilidade econômica e a proteção do consumidor”, o professor de Direito do Consumidor, Ricardo Morishita, introduziu o tema alertando para a transparência dos debates como condição indispensável na convergência das relações de consumo.

O diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde (ANS), Leandro Fonseca da Silva, definiu a regulação atual como engessada e feita sob uma ótica do consumidor. “A missão das agências é buscar o equilíbrio nos mercados em que atuam. Na saúde, temos de entender o contexto do País, que se prestou a oferecer saúde universal e gratuita”, disse.

Diretor de Supervisão de Conduta da Susep, Rafael Scherre, afirmou que cabe ao regulador e às instituições de defesa do consumidor estimular o diálogo entre os diversos stakeholders, como os poderes Executivo e Legislativo, a indústria, os órgãos de controle de mercado e a sociedade. Para ele, o fundamental é “entender que tudo tem um custo-benefício”.

A mesa de debates também contou com o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (Senacon), Fernando Meneguim, que questionou como a defesa do consumidor poderá ser aprimorada nesse cenário de transformação regulatória. “Temos grandes desafios diante da enorme variedade de produtos lançados, o que torna a escolha do consumidor ainda mais difícil”, afirmou Meneguim.



A excessiva regulamentação é uma preocupação de muitos atores do mercado. O tema foi mencionado pelo ministro Ricardo Cueva, do Superior Tribunal da Justiça (STJ). “Esse é um tema que tende a revolucionar alguns dos mercados, como o de seguros, como mostrou a Susep ao regulamentar o uso de peças não originais no seguro de carro e a liberalização do seguro intermitente, que possibilita um avanço no ambiente regulatório”, exemplificou.

O presidente da CNseg, Marcio Coriolano, citou duas experiências internacionais em regulação: a bolha imobiliária dos Estados Unidos em 2008, que levou o setor à insolvência, e o caso das franquias nos planos de saúde, que tornou o consumidor mais ativo na escolha dos procedimentos médicos, uma vez que passou a custear parte do valor do serviço.

Os dois casos, explicou Coriolano, mostram que a regulação do futuro deve ter o bastão da proteção do consumidor, mas levando em conta que as garantias não podem ser infinitas, porque prioridade também deve ser conferida à sustentabilidade dos mercados. Também participaram do debate o presidente da Associação ProconsBrasil, Filipe Vieira, e o presidente da Comissão de Ouvidoria da CNseg, Silas Rivelle.

SEGURO INTERMITENTE TRANSFORMARÁ AS RELAÇÕES DE CONSUMO

Criatividade norteará caminho desse novo ramo do setor, que terá pela frente desafio de criar novos produtos adaptados à realidade das novas tecnologias.

A pós a Superintendência de Seguros Privados (Susep) regulamentar recentemente a customização de planos com vigência reduzida de contrato e período intermitente, foi iniciada uma corrida que pode mudar as relações de consumo no Brasil. “No momento, o pódio está completamente vazio. Esse mercado ainda é um bebê. Alguém vai vencer essa corrida e ninguém sabe quem é. Talvez alguns vencedores estejam nesta sala”, disse o executivo e membro do Comitê Latam do Society of Actuaries (SOA), Ronald Poon-Affat, para a plateia do painel “Cobertura Intermitente”, no último dia do evento.

Em um dos slides exibidos no telão, o representante da SOA mostrou fotos de um chocolate e de um brócolis. Em seguida, concluiu: “É mais fácil vender chocolate. E seguros não é chocolate”. Para os futuros agentes e operadores de seguros intermitentes na plateia, ficou a lição de que a criatividade vai nortear o caminho de sucesso nesse novo ramo.

Poon-Affat citou exemplos de produtos inovadores que movimentam o mercado norte-americano. A seguradora digital Lemonade (estilo *tum on / tum off*), por exemplo, arrecada cerca de US\$ 18 milhões a cada trimestre. A empresa é acionada para cobrir temporariamente casas alugadas pelo Airbnb. Segundo o especialista, esse tipo de produto tem sucesso quando os números são grandes. “O Brasil tem esses números”, confirmou o executivo ao mostrar um gráfico do *e-commerce* brasileiro, em que o País aparece acima da média mundial.

Sobre o caminho a ser percorrido pelas empresas nessa nova fase, o superintendente atuarial da Mitsui Sumitomo Seguros, Gustavo Genovez, destacou a flexibilidade que a regulamentação da Susep permitiu ao setor. “Quando a gente fala de cobertura intermitente, aqui



só tem o conceito. Agora, como vai ser feito, está no nosso campo. É nossa responsabilidade. Tem um campo aberto para coisas que a gente talvez nem esteja imaginando”, afirmou.

Genovez ressaltou também que agora há uma preocupação para manter a atratividade do que já existe no mercado de seguros. “Estamos vivendo em um universo com tecnologia avançada e facilidades em nossas vidas, além de mudanças sensíveis no comportamento de consumo. Se continuarmos vendendo apenas seguros anuais e coberturas de 365 dias, talvez não estejamos falando de crescimento, mas de atratividade”, prevê o executivo, que também abordou os riscos de fraude nas novas operações intermitentes e o uso de inteligência artificial.

Presidente da Comissão Atuarial da CNseg, o moderador Marcos Spiegel, frisou que o desafio é grande e que o setor não pode ter medo de errar. “O processo de lançamento de produtos será um desafio para todos nós. Vai ser preciso agilidade. Brigamos tanto por normas que nos dessem essa flexibilidade e agora temos que dar respostas ao regulador e ao consumidor de forma rápida”, concluiu.

SÓ A GOVERNANÇA PODE GARANTIR CONHECIMENTO E DOMÍNIO DE RISCOS

Companhias precisam se adequar o quanto antes à Resolução Normativa nº 443, que trata da adoção de práticas mínimas de governança corporativa.

Tornar o setor mais eficiente, incorporando gestão de risco à cultura das empresas, é um dos atuais desafios para o seguro no Brasil. Esse foi um dos pontos abordados no painel “Análise de Riscos, Política de *Compliance* e Controles Internos”. Ao lembrar que, a partir de 2023, a margem de solvência será substituída pelo capital baseado em riscos, a assessora da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Tatiana Aranovich, destacou a Resolução Normativa (RN) nº 443, de 25 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a adoção de práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde. “A governança é o timoneiro no processo de conhecimento e domínio dos riscos”, ressaltou.

Tatiana destacou ainda que, no período de 2012 a 2018, 119 empresas do setor foram liquidadas e, em 100% dos casos, constataram-se problemas de governança. “Em 98% dessas empresas, verificamos pendências na confiabilidade de dados e, em 82%, havia fragilidade dos controles internos”, frisou.

O diretor da Susep, Vinícius Brandi, lembrou que o Brasil tem uma das mais baixas coberturas *per capita* no mundo. “Buscamos uma supervisão mais eficiente para que isso se reflita no mercado e tenhamos ampliação da cobertura e da concorrência, o reforço da credibilidade e o melhor uso da tecnologia, ferramenta essencial”, afirmou.

Na mesa de debates, a presidente da Comissão de Governança e *Compliance* da CNseg, Simone Negrão, defendeu a adesão ao que chamou de “pratique e explique”. “As empresas precisam ter argumentos sobre o que fazem e por que fazem. Haverá tempo para a adequação e o fortalecimento das linhas de defesa”, destacou Simone, referindo-se à RN nº 443. “As empresas devem prezar pela eficiência, focando em resultados, mostrando que ge-

ram valor agregado”, completou.

O mercado precisa se adequar e buscar um alinhamento, ressaltou o presidente da Comissão de Gestão de Risco da CNseg, Laurindo Anjos. “Veja esse exemplo das empresas liquidadas. Isso representa um ponto para a conscientização do setor e para a importância dos processos internos, na busca pela eficiência”, pontuou.

O presidente da Comissão de Solvência da FenaSaúde, Luís André Blanco, abordou a Consulta Pública nº 73 da Resolução Normativa, que aguarda aprovação, para disciplinar os critérios que definirão o capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde. “As empresas enfrentam restrições no orçamento que podem ser melhoradas”, ponderou Blanco. “Porém, a gestão de risco precisa ser incorporada à cultura das empresas”, concluiu.



CONSEGURO 2019

